

# Anais da Assembléia

Nº 04

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1996  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 085/96 SEEG.

Curitiba, 26.02.96.

Senhor Presidente.

Por determinação do Senhor Governador Jaime Lerner, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do Ofício p-058/96, do Presidente do BNDES, Senhor Luis Carlos Mendonça de Barros, referente à operação de crédito junto àquela instituição envolvendo ações da COPEL.

No ensejo, apresento-lhe minhas Atenciosas Saudações.

Sala das Sessões, em 27.02.96.  
(a) GIOVANI GIONÉDIS  
Secretário de Estado do Governo

BNDES  
Ofício p-058/96

Rio de Janeiro, 13.02.96.

Senhor Governador.

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência, em resposta ao Ofício Of. Gov. 021/96, de 30.01.96, através do qual nos foi efetuada a consulta quanto à garantia da seqüência das operações programadas com o Estado do Paraná, caso seja mantido na lei o dispositivo limitador de 50% do valor patrimonial para o preço mínimo das ações da COPEL, para informar-lhe que:

- o BNDES tem sido, ao longo de sua existência, um Instrumento efetivo para o desenvolvimento do País, demonstrando, através da evolução de suas políticas operacionais, uma busca constante no sentido de atender adequadamente o usuário.

- dentre as fontes básicas de recursos do BNDES, destacam-se o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e o PIS/PASEP, exigindo remuneração adequada e segurança para suas aplicações, o que implica na constituição de garantias que possam ser executadas, em caso de inadimplência dos tomadores.

- para que seja garantida a liquidez dos fundos, a avaliação das garantias dá-se a preços de mercado, razão pela qual a fixação de um valor mínimo para eventual venda de ações caucionadas em garantia inviabilizaria a operação de financiamento já realizada, bem como as futuras, na mesma modalidade.

Conseqüentemente, cumpre-me ressaltar que a inexistência de limitadores vinculados ao valor patrimonial das ações-objeto propicia sua colocação natural das ações em mercado, prevendo-se que as futuras operações se concretizem em patamares crescentes de preço, o que depende, diretamente, da existência de liquidez para ações nas Bolsas de Valores.

Concluindo, enfatizo que, com esse procedimento-padrão adotado pelo BNDES, o principal beneficiário da valorização da COPEL no mercado acionário será o próprio Estado do Paraná.

Respeitosamente,

(a) LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS  
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, a prorrogação do prazo de indicação dos membros da Bancada do PMDB, para compor as Comissões Permanentes dessa Casa até o próximo dia 10 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédis, Digníssimo Secretário de Estado de Governo, acompanhado do Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hubert, Digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para, em Plenário, prestarem os devidos esclarecimentos sobre os recentes aumentos das tarifas de energia elétrica no Estado do Paraná, nos termos do art. 97, inciso I, e seguintes, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A convocação pelo presente requerida faz-se indispensável frente aos absurdos aumentos que vitimaram toda a população paranaense nos primeiros dois meses do ano corrente, e que, em alguns casos, atingiram a espantosa percentagem de 300%. Outrossim, é ainda indispensável a convocação do Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hubert, através da Secretaria de Estado do Governo, face sua recusa em receber uma Comissão de Deputados, Vereadores e Lideranças Comunitárias no último dia 14 de fevereiro, onde poderiam ser prestadas as informações necessárias. Como fundamento da presente convocação, sendo a COPEL empresa pública e concessionária de serviço público, aplicável "ipso facto" as disposições do "caput" do art. 37 da Constituição Federal, especificamente em relação ao Princípio da Publicidade da Administração Pública.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédis, acompanhado dos Excelentíssimos Senhores Simão Blinder e Renato Martins Alves, respectivamente, ex-Diretores de

Engenharia e Construções e de Economia, Finanças e Relação com a Comunidade da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para, em Plenário, prestarem os devidos esclarecimentos sobre os recentes aumentos das tarifas de energia elétrica no Estado do Paraná, nos termos do art. 97, inciso I, e seguintes, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A convocação pelo presente requerida faz-se indispensável frente à obscuridade que cerca a exoneração dos acima referidos servidores públicos, funcionários de carreira da COPEL. Outrossim, é dever da Assembleia Legislativa fiscalizar quaisquer atos da Administração Pública, "lato sensu", que possam redundar em algum tipo de prejuízo ou nefasta consequência para os superiores interesses da população paranaense. Como fundamento da presente convocação, sendo a COPEL empresa pública e concessionária de serviço público, aplicável "ipso facto" as disposições do "caput" do art. 37 da Constituição Federal, especificamente em relação ao Princípio da Publicidade da Administração Pública.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre Bonifácio Kleinpass, ocorrido no último dia 23 de janeiro, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Essen, na Alemanha, em 04 de outubro de 1907, o Padre Bonifácio Kleinpass chegou ao Brasil em junho de 1924, com 17 anos incompletos.

Logo que chegou ao Brasil, entrou para o Seminário, sendo ordenado padre em Curitiba no dia 20 de dezembro de 1930. Em nossa Capital celebrou a sua primeira missa.

Seu grande apostolado e sua maior missão, era atender aos doentes, assumindo a visita aos doentes em seus lares e nos hospitais.

Foi superior de diversas casas da Província e em Curitiba foi vigário duas vezes.

Sua afinidade com Curitiba é antiga, pois seu noviciado e parte de seus estudos foram efetuados no Seminário do Cabral. Na Paróquia do Senhor Bom Jesus do Cabral, em nossa Capital, o Padre Bonifácio assumiu a Pastoral dos Doentes e Capelania do Hospi-

tal São Lucas, em cujo hospital estava internado a alguns dias e onde veio a falecer às 06:00 horas do dia 23 de janeiro de 1996.

É justo, pelos exemplos de humildade e de amor que nos deixou, que receba as homenagens desta Casa Legislativa.

#### REQUERIMENTO N° 078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Inês Hoiça, do Município de Catanduvas - PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência a família em Catanduvas - PR.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A extinta Senhora Inês Hoiça, formou sua família baseada nos princípios da honradez, respeito e honestidade. Infelizmente seu passamento deixou uma marca profunda em toda a família e sociedade catanduvense.

Que Deus reserve um lugar distinto para essa senhora, que marcou sua passagem por esta terra de forma positiva.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Hoiça, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar aos familiares da Senhora Aídee Santos Popovitz, pelo seu falecimento ocorrido no dia 20 de fevereiro de 1996, na cidade de Rio Azul.

Rogamos a Deus, que na sua infinita bondade, dê força e alento a todos os familiares nesta hora de dor.

À família enlutada nossas mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 091

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a inserção em Ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira da Silva, servidor aposentado desta Casa, ocorrido no último sábado.

Joaquim Vieira da Silva, oficial admi-

nistrativo, ingressou na Assembleia Legislativa em 1953 e, após cumprir 35 anos de uma carreira que começou por funções humildes, foi subindo gradualmente, graças a sua disciplina, assiduidade, dedicação, lealdade, senso de responsabilidade e devotamento à causa deste Poder Legislativo - como pude pessoalmente comprovar durante os mais de 10 anos que o pranteado Joaquim, serviu em meu gabinete quando 1° Secretário desta Casa de Leis - enfrentando inclusive as vicissitudes que vez ou outra afetam o homem público; aposentou-se regularmente.

Esta carreira funcional, ele a cumpriu ao lado da esposa, dona Euthália, também funcionária aposentada deste Poder, a quem deixa viúva, bem como os dois filhos.

Por meio desta manifestação que submetemos à consideração dos dignos Pares, queremos deixar consignado nos Anais, nossa saudosa homenagem a um funcionário exemplar, cuja biografia exalta o caráter do cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Antonio Annibelli.

#### REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações à Advogada Marillac Martins de Amorim, assessora jurídica da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, pela dedicação à causa dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e pela conquista de duas liminares expedidas pela Vara Única da Justiça Federal de Maringá, em defesa dos moradores dos conjuntos habitacionais Victor Civita, Terra Boa e Primavera de Paigandu.

Que a mesma seja cientificada do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das poucas advogadas especializadas na defesa dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, a doutora Marillac Martins de Amorim é formada pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, e há mais de quatro anos dedica-se ao estudo do SFH. Seguramente é única especialista nos programas habitacionais do governo Collor de Mello, (PAIH, PEP e PROHAB), que foram escandalosamente superfaturados em todo o país, sendo o Paraná contemplado com aproximadamente 35 mil unidades habitacionais destes programas.

A Dra. Marillac Martins de Amorim, sem medir esforços, nos últimos quatro anos, na qualidade de assessora jurídica da

FAMOPAR, participou de centenas de reuniões em conjuntos habitacionais de todo Paraná, auxiliando famílias humildes de trabalhadores do interior do Estado, organizando-os em Associações de Moradores, para defenderem-se das investidas da Caixa Econômica Federal, seja nas execuções judiciais, seja nas pressões individuais e coletivas e na busca de seus direitos. Dedicou-se na participação de fóruns de debates sobre o SFH, a nível estadual e nacional.

Nos dias 16 e 22 de janeiro de 1996, a Vara Única da Justiça Federal de Maringá concedeu liminar à Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, em defesa de trezentas e três famílias dos conjuntos habitacionais Victor Civita (101) de Terra Boa e Primavera de Paçandu (202), que tiveram suas moradias superfaturadas e não conseguem cumprir os compromissos assumidos com a Caixa Econômica Federal, tornando-se inadimplentes, assim como tantos outros. Esta conquista só foi possível pelo empenho e dedicação da matéria realizado pela Advogada Marillac Martins de Amorim.

Pelo importante trabalho desenvolvido na organização de milhares de famílias de mutuários do Paraná, entendemos ser a Dra. Marillac Martins de Amorim, merecedora de reconhecimento e homenagens desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando providências urgentes para solucionar problemas existentes no sistema de esgotos na Rua Frederico Zanon, em Piraí do Sul, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27.02.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia do abaixo-assinado anexa, os moradores da Rua Frederico Zanon, em Piraí do Sul, estão enfrentando problemas com retorno de esgotos nos vasos sanitários e ralos nos dias de chuva, o que, além do mau cheiro, traz grandes riscos à saúde dos mesmos.

#### REQUERIMENTO N° 077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da jovem Márcia Cenci, do município de Saudade do Iguçu-PR.

Requer ainda, que do teor do presente,

dê-se ciência à família enlutada, em nome do Senhor Celso Cenci.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A extinta jovem pertencia a tradicional família de Saudade do Iguçu. Seu passamento irreparável, veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cenci, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao 9° Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado do Paraná, solicitando a instalação de semáforos no Trevo do Atuba, na BR-116, em Curitiba, para melhorar o grande tráfego de veículos leves e pesados naquela região da cidade.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Trevo do Atuba, localizado na BR-116, saída para São Paulo, apresenta um grande volume de tráfego de veículos leves e pesados, não sendo necessário horários de pico para se perceber a necessidade de instalação de mecanismos técnicos que discipline a passagem dos veículos. Igualmente não é necessário ser engenheiro de tráfego para perceber que este trevo é uma "roleta russa", para atravessar um dos pontos é necessário um grande espírito de aventura.

Antes que ocorra um acidente de grandes proporções que venha abalar a cidade, solicitamos tais providências do DNER.

#### REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário do Estado de Segurança Pública com a sugestão de que se promova, aqui no Paraná, uma Campanha de Desarmamento da População Paranaense nos moldes que se pretende deflagrar nos Estados da Região Sudeste, em especial em São Paulo, visando coibir a crescente violência que vem ocorrendo em nosso Estado e resgatar a credibilidade da Polícia.

Essa Campanha de Desarmamento da Popu-

lação Paranaense poderia ser deflagrada através da troca de armas por cestas básicas, tal qual se pretende em São Paulo, ou ainda através dos próprios policiais, que teriam, a cada percentual predeterminado de armas apreendidas, anotado em suas fichas funcionais, méritos que, atingindo a determinada pontuação, valeriam como título numa promoção por merecimento.

A justificativa para que se deflagre uma Campanha dessa natureza tem respaldo, especialmente, nos assassinatos ocorridos no último final de semana (24 e 25.02) que demonstram o índice assustador de violência a que chegamos. Em um final de semana comum em Curitiba ocorreram 10 (dez) homicídios, sendo que 90% destes foram praticados por arma de fogo.

Destas, quantas seriam ilegais?

Pergunta-se: Na grande Curitiba somos aproximadamente 1 milhão e meio de habitantes e tivemos num final de semana 10 homicídios. Se compararmos esses dados com a grande São Paulo teremos uma visão mais estarrecedora da situação: a grande São Paulo possui aproximadamente 15 milhões de habitantes e num final de semana comum ocorreram 39 homicídios. Esses dados, em São Paulo, foram o suficiente para que se mobilizasse toda a Segurança Pública para o problema do crescimento da violência, não só naquele Estado mas também nos demais integrantes da Região Sudeste, conforme podemos constatar pelas reportagens da "Folha de São Paulo", dos dias 23 e 26 do corrente.

O "medo" que em São Paulo criou o "toque de recolher" em alguns bairros da zona sul, não é diferente aqui no Paraná, na grande Curitiba.

Temos certeza dessa situação, quando lemos nos jornais paranaenses reportagens como a que relata a situação dos moradores do Jardim da Ordem (recentemente publicada na Tribuna), onde o caminhão da Coca-Cola para fazer suas entregas tem que ser escoltado por seguranças armados; onde o dono de um bar tem que trabalhar armado com revólver e onde os moradores não podem sair à noite e têm que colocar telas protegendo o telhado de suas casas para evitar o dano causado por vândalos e marginais.

Com tudo isso cresce a preocupação de todos nós e sentimos que é chegada a hora de mobilizarmos todas as forças políticas, governamentais e da comunidade para revertermos essa situação.

O povo paranaense é conhecido por sua solidariedade, amizade, cordialidade e amor à paz. Não podemos abrir mão dessas características.

Conforme bem disse o Dr. Jairo Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB à "Folha de São Paulo" no dia

22.02.96:

"Quando chega a níveis como os atuais, a criminalidade não é mais um problema de polícia e sim de política."

Ciente disso e da gravidade da situação para a qual caminhamos - caso não haja uma mobilização e união de todas as forças diretivas de nossa sociedade - não poderia este Parlamentar ficar de braços cruzados.

Assim, Senhor Presidente, apresenta este requerimento, para o qual espero contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

#### REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Küster, Diretor Geral do DER, para que seja providenciada a retomada das obras de recape e demais melhorias, na Rodovia PR-317, ligando o Distrito de Quarto Centenário até o Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA.

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista que o referido trecho teve suas obras iniciadas e paralisadas a mais de dois anos. Isto posto, é de suma importância que as referidas obras sejam levadas a termo pois, em decorrência da paralisação o prejuízo é eminente, além do que, não satisfaz aos anseios dos usuários da citada rodovia.

#### REQUERIMENTO N° 089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando cópia do Relatório sobre recursos financeiros que o governo não utilizou em 1995 e que foram devolvidos para a União, de todas as áreas governamentais, especialmente das Secretarias da Saúde e Educação.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos anais da Casa, matéria publicada pela "Gazeta do Povo" do

dia 27 de fevereiro do corrente, sobre o título "o Exemplo de Minas".

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 016/96

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná:

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS incidente nas indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados da vigência desta lei.

§ 1° - Considera-se município de baixa renda, para fins desta lei, aquele cujo índice do ICMS ultrapasse os dígitos de 03 (três zeros).

§ 2° - O benefício fiscal previsto somente entrará em vigor na data em que for concedido.

Art. 2° - A isenção referida no "caput" do artigo anterior será concedida às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados em acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão de Interiorização de Indústrias, especialmente criada pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Art. 3° - Na hipótese do município ultrapassar o índice do ICMS previsto no §1° do art. 1°, cessará o benefício previsto no "caput" do referido dispositivo, ficando resguardado os direitos adquiridos pelas empresas beneficiadas por esta lei.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará, através de decreto, a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por fim incentivar as indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda no Estado do Paraná, com a redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS.

Pelas disposições constitucionais o ICMS é imposto de conferência estadual, conforme pode ser constatado pelo art. 155, "b", da Constituição Federal.

Assim como, analisando-se a Lei Complementar Federal n° 24/75, que regula os convênios estabelecidos para o ICMS, vimos que o Projeto em tela com ela se coaduna.

Outrossim, viria o Projeto a concretizar o intuito desejado pelo Legislador Constituinte no § 8°, do art. 34 da Magna Carta, quando faculta aos Estados fixarem

normas para regulamentar provisoriamente a matéria não contemplada em Lei Complementar de que se trata o art. 155, I. "b", mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar n° 24, em 07 de janeiro de 1975.

Assim sendo, pelo exposto acima, esperamos contar com o apoio dos demais Pares desta Casa para aprovação da matéria em tela.

PROJETO DE LEI N° 017/96

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz, que será regulamentado pelas normas previstas nesta lei e pelos dos órgãos governamentais incumbidos deste Programa.

Art. 2° - Fica facultado ao contribuinte do ICMS utilizar como crédito do imposto, o montante das contribuições sociais incidentes sobre a admissão do menor aprendiz.

§ 1° - O direito ao crédito do imposto fica condicionado à inscrição, junto a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho ou a órgão congênere, do contribuinte ao Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz.

§ 2° - O benefício fiscal previsto no "caput" deste artigo somente entrará em vigor na data de sua concessão.

§ 3° - A utilização do crédito do ICMS em desacordo com o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz acarretará a baixa da inscrição junto ao Programa, assim como a anulação do respectivo crédito e aplicação de multa correspondente a 100% (cem por cento) do crédito.

Art. 3° - O menor aprendiz terá direito a formação profissional metódica do ofício de seu trabalho, em consonância com as normas legais estabelecidas pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e pela Legislação Federal pertinente.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará, através de decreto, a presente lei no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Este Programa de Incentivo ao Emprego do Menor Aprendiz se constituirá numa efetiva ferramenta de apoio à formação profissional dos adolescentes do Paraná que hoje ainda não têm, na sua maioria, referências práticas de ingresso ao mercado de trabalho, muitas vezes frustrando sua vocação.



Vale lembrar que se de um lado os adolescentes não encontram forma de aprender na prática uma profissão dentro do mercado, por outro, observamos que as empresas também não demonstram interesse de absorver estes pequenos trabalhadores por falta de incentivo.

Com esta lei entrando em vigor, esta lacuna será seguramente preenchida e ganharão os menores aprendizes, ganhará o mercado, ganhará o Paraná e o futuro de novas gerações.

PROJETO DE LEI N° 018/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de "Antonio Joaquim Pacagnan", o Viveiro Florestal Regional do Instituto Ambiental do Paraná, do Município de Cianorte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta de lei, fundamenta-se em sugestão da Senhora Santana Buzzo, Vereadora da Câmara Municipal de Cianorte - Paraná, pelo exemplo e contribuições deixadas pelo Senhor Antonio Joaquim Pacagnan, à região de Cianorte.

O Senhor Antonio Joaquim Pacagnan, nasceu em 23 de agosto de 1930, chegando ao Município de Cianorte em 1971 onde trabalhou como motorista do Expresso Maringá até meados de 1974, quando foi contratado como viveirista do antigo Instituto de Terras e Cartografia - ITC depois ITCF e posteriormente Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Além do Município de Cianorte, o Senhor Antonio colaborou na implantação e prestou assistência técnica, levando a sua grande experiência aos Viveiros Florestais dos Municípios de Japurá e São Tomé.

O Senhor Antonio faleceu em 1990, mas a sua militância tem sido reconhecida pelos segmentos da sociedade cianortense, através das ações e exemplos deixados à melhoria da qualidade de vida e participação comunitária.

PROJETO DE LEI N° 019/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Guaíra, com sede e foro naquele município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, é uma instituição filantrópica, fundada em 1953 que tem por objetivo o atendimento à criança nas áreas de saúde, nutrição e educação, vem organizando Clubes de Mães, promovendo reuniões de orientações sobre hábitos de saúde, aspectos de nutrição, saneamento domiciliar, orientações a gestantes carentes e de risco.

Além do trabalho de orientação, apóia todos os programas comunitários voltados para a criança, fornecendo enxovais, cobertores, leite e alimentação quando necessário, encaminhamentos médicos, enfim procura sob todos os aspectos dar condições de melhor qualidade de vida à criança carente do Município de Guaíra.

PROJETO DE LEI N° 020/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Braganey, com sede e foro naquele município.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Braganey, como as APAE's de mais de 200 municípios do Estado do Paraná, vem fazendo o serviço de atendimento educacional e saúde para pessoas portadoras de deficiência mental, atendimento este que o Estado ainda não assumiu.

A APAE de Braganey mantém escola especializada que assiste 50 alunos nas diversas faixas etárias, lutando para integração da pessoa portadora de deficiência mental. Cabe aqui ressaltar que o atendimento é integral: psico-pedagógico, fonoaudiológico, fisioterápico e profissionalizante.

É uma instituição filantrópica e pelo seu trabalho relevante é merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 021/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade



Pública a Casa do Menor Irmão Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Menor Irmãos Cavanis é uma entidade não governamental, de caráter benéfico, educacional e assistencial, sem fins lucrativos, em atividade desde 1987, prestando atendimento a crianças e adolescentes carentes, na faixa etária dos 06 aos 18 anos, em regime semi aberto, de apoio sócio-educativo.

Tem por objetivo propiciar aos menores a garantia de suas necessidades básicas; proporcionar condições e apoio para a frequência dos mesmos no ensino regular e oferecer diversas atividades alternativas no período em que não estão na escola, para que, permanecendo na entidade, não frequentem as ruas.

PROJETO DE LEI Nº 022/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Piraí do Sul - ADEPI, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação denominada ADEPI tem por objetivo estimular e desenvolver progressivamente os seus associados, visando a defesa dos direitos de seus membros.

A referida associação já foi declarada de Utilidade Pública pela Prefeitura de Piraí do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 023/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam obrigados, os estabelecimentos bancários sediados no Estado do Paraná, a fazer constar na última folha dos talonários de cheques, uma tabela contendo o valor das taxas cobradas pelos serviços realizados pelo banco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Ultimamente tem sido uma surpresa desagradável retirar o extrato de nossas contas correntes. A cada dia aparecem novas despesas debitadas sem a menor consideração com os correntistas. O banco, aleatoriamente e sem qualquer prévia notificação, insere em nossas contas despesas antes inexistentes; serviços antes gratuitos passam a ser supervalorizados, sem qualquer aviso.

Por isso, espero o apoio dos nobres pares para que possamos receber uma maior consideração dos estabelecimentos bancários.

PROJETO DE LEI Nº 024/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam obrigados, os estabelecimentos bancários e os supermercados do Estado do Paraná, a manter caixas suficientes destinados ao atendimento de deficientes físicos, de pessoas com mais de 65 anos, de mulheres grávidas ou com criança de colo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário justificar a necessidade de tal medida. Apesar de já haver um atendimento de parte dessa solicitação, a maioria dos estabelecimentos é carente de serviços especiais na quantidade necessária. Várias são as reclamações, face a existência de um único caixa para atendimento de tantas pessoas necessitadas.

PROJETO DE LEI Nº 025/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A prevenção do vírus da AIDS é a única forma de combater esta doença que está se

alastrando de uma maneira impressionante e vitimando cada vez mais e mais pessoas em todo o mundo.

Está estatisticamente comprovado que o Brasil é um dos países com maior número de portadores do vírus da AIDS e faz-se mister conscientizar a população sobre os perigos do vírus HIV, no sentido de reverter este quadro, antes que seja tarde demais.

A obrigatoriedade da veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para alunos de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná é uma forma de esclarecer e conscientizar crianças e adolescentes dos perigos de contrair este vírus mortal.

Pela necessidade urgente da medida que ora apresentamos, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N° 026/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios de futebol em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A violência em estádios de futebol está cada vez mais preocupante e aflige toda a sociedade.

O livre comércio de bebida alcoólica nos estádios muitas vezes incentiva o consumo e, como é de conhecimento geral, provoca a alteração dos ânimos dos consumidores. Tal alteração de ânimo muitas vezes gera a violência.

A medida proposta visa prevenir a violência, tendo em vista a perturbação psíquica causada pelo consumo do álcool, nos torcedores.

Com tal iniciativa acreditamos que estamos contribuindo com a inibição da violência nos estádios de futebol, fazendo com que cenas dantescas de violência explícita nestes locais, façam parte do passado e não voltem a molestar a nossa sociedade.

Já estava na hora de o poder público tomar uma iniciativa no sentido de coibir este problema sério que é o da violência nos estádios de futebol. Temos convicção que através desta proposição estamos contribuindo para isto.

PROJETO DE LEI N° 027/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica obrigatória a administração de vacina contra a rubéola, em crianças do sexo feminino, para ingresso em creche e 1º Grau, com até 10 (dez) anos de idade e residentes no Estado do Paraná.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado da Saúde a execução e fiscalização da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a rubéola, conforme especifica, tem por objetivo primordial a prevenção da incidência de deficiências que advêm dessa doença.

Segundo pesquisas, por definição, a rubéola é uma doença viral, leve, que incide principalmente em crianças e adultos jovens e também na mulher em idade fértil.

A rubéola acontece de forma constante como casos isolados ou como endemias (epidemias localizadas) e, a cada 08 a 10 anos, como epidemia, atingindo grande parte da população, tendo como conseqüências a deficiência auditiva e visual e tantas outras malformações.

Em estudos realizados em Curitiba e parte do Estado do Paraná, comprovam ser a rubéola uma doença não relacionada à pobreza, ignorância ou idade dos pais. Grande parte dos casos estão relacionados com o contato com as crianças que, infelizmente, não são imunizadas (rotina de vacinação) e também são fonte de infecção das gestantes.

Em vista da gravidade da doença, e das seqüelas que vão diminuir drasticamente a qualidade de vida das crianças afetadas torna transparecer a necessidade de aprovação da presente proposta, através da obrigatoriedade da referida vacina, em caráter preventivo da incidência de deficiências na infância.

PROJETO DE LEI N° 028/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Intercâmbio Tecnológico Industrial, Financeiro e Comercial - Programa Paraná-Europa - P.P.E, de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.96.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade fundada em 1991 e que tem possibilitado um extraordinário intercâmbio entre empresários italianos e brasileiros do nosso Estado do Paraná.

Os primeiros resultados do Programa Paraná-Europa são bastante visíveis.

Inúmeras autoridades da Itália já vieram ao Paraná, acompanhadas de destacados empresários daquele país, acontecendo também o inverso em relação aos brasileiros.

Empresas paranaenses já foram altamente beneficiadas com a injeção de modernas tecnologias italianas, melhorando sensivelmente a qualidade dos produtos aqui produzidos, bem como melhorou o faturamento das empresas que se enquadraram nesse programa.

O Programa Paraná-Europa trará, a médio prazo, incontáveis benefícios ao Paraná, cujas indústrias vão se adequar às naturais exigências do primeiro mundo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande de Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PT, PTB, PDT, PSDB, PFL, PTB, PMDB, Liderança do Governo. (Todos declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 085/96, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado do Governo, constante do expediente, encaminhando cópia do Ofício p-058/96, do Presidente do BNDES, referente à operação de crédito junto àquela instituição envolvendo ações da COPEL. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Ne-

cessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito e entregarei imediatamente à mesa a inversão da Pauta para votação; entregarei por escrito um requerimento imediatamente à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do requerimento do Deputado Dr. Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Cezar Silvestri constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/95, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa da cédula de identidade para os estudantes de 1º e 2º graus, da rede pública estadual conforme específica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 101/95, de 23.08.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 335/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei em análise, de autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de Cédula de Identidade para os estudantes de 1º e 2º graus, da Rede Pública Estadual, que forem convocados para disputar os Jogos da Juventude do Paraná e os Jogos Escolares do Paraná.

Procedida a análise, verificamos tratar-se de proposta altamente significativa, encontrando-se em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 335/95

P A R E C E R:

Solicitadas e atendidas ao plano de lei em exame, este Relator passa a emitir seu parecer.

Preliminarmente, nota-se um contraste de posições entre as Secretarias de Segurança Pública e de Educação. A primeira, preocupada - e com razão, - com os recursos financeiros, já escassos no setor de Identificação da Polícia Civil, que deixará de ingressar com a isenção do pagamento de taxa para feitura da cédula de identidade aos alunos da rede pública estadual convocados para disputar os Jogos da Juventude e Jogos Escolares do Paraná. A segunda, em sucinta resposta, sem discorrer sobre a importância do evento para Educação preconiza o real interesse da aprovação do projeto para a Pasta, reconhecendo que grande parte da clientela escolar é carente para arcar com o ônus da carteira de identidade.

Dessas posições antagônicas, opto pela realidade e pelo papel do Estado junto a população. Assim, é oportuno lembrar, independente da realização dos citados Jogos, a importância do documento em duros contextos de violência urbana e rural, onde destacam-se os desaparecimentos, os seqüestros, as negociações comerciais de crianças para fins sempre ilegítimos, ilegais, imorais, quando não absurdamente desumanos. Uma certidão de nascimento, sem foto, sem impressão digital, acaba por facilitar uma situação ilícita e espúria.

Portanto, o voto há de ser favorável, não só pela oportunidade de ofertar aos pequenos carentes a sua cédula de identidade, que aliás, deveria ser extensiva aos demais carentes de recursos econômico-financeiros, como também pelo aspecto educacional dos Jogos da Juventude do Paraná e dos Jogos Escolares do Paraná. Neste sentido, cumpre observar o disposto nos arts. 217 da Constituição Federal e 197 da Estadual, concernentes ao dever do Estado no fomento de práticas desportivas, formais e não formais; que, "in casu" são observados pelos incisos II dos citados dispositivos. Estes, discorrem sobre o dever do Estado em destinar recursos públicos para promoção prioritária do desporto educacional.

Sala das Comissões, em 06.12.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 335/95

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade específica, autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa da

Cédula de Identidade para os Estudantes de 1° e 2° graus, da Rede Pública Estadual, que forem convocados para disputar os Jogos da Juventude do Paraná e os Jogos Escolares do Paraná.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, o mesmo recebeu parecer favorável, tendo em vista o benefício que irá trazer para a maioria da população carente matriculada na rede pública de ensino.

No âmbito desta Comissão de Educação, nada encontramos que possa prejudicar a tramitação do presente projeto. Somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 156/95 de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo e Péricles H. de Mello. Altera redação ao Art. 3° da Lei n° 11.070 de 16.03.95, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - CODEP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 47, de 09.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 156/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo e Péricles H. de Mello, tem por objetivo alterar a redação do art. 3°, da Lei n° 11.070, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná.

A proposição em tela visa corrigir impropriedades técnicas da redação da Lei n° 11.070 e viabilizar a composição do CODEP, chamada a opinar esta Comissão não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental no plano de lei.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/95 de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Ciclista, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 40, de 26.04.95).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 137/95

A proposição em tela, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Ciclista, nesta Capital.

Analisando o projeto de lei sob aspecto constitucional, legal (Lei n° 6.994 - cópia anexa) e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o parecer é favorável, opina-se pela aprovação do projeto de lei. Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/95 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.S.P. e C.E.C.E. EMENDA DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11/95, de 08.03.95).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 041/95

## P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, objetiva instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná.

Dispõe o artigo 196 da Constituição Federal que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A Constituição Estadual repete essa diretriz em seu artigo 167.

Contudo, a proposição fere o disposto no artigo 135, I, da Constituição Estadual, que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Esse vício pode ser sanado através da abertura de crédito adicional especial, nos termos da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 40, como segue transcrito;

"Art. 40 - São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento."

Ensina-nos J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis que "abre-se crédito especial para um novo programa, projeto ou atividade, discriminado por seus elementos de despesa, pessoal, material e outros."

Ensejando a abertura do crédito adicional especial está a indicação dos re-

ursos orçamentários existentes, nos termos do que exige o artigo 43 da Lei 4.320/64, como segue transcrito: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

Os recursos em tela são os indicados no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei n° 4.320/64.

Contudo, peca a proposição pela deficiente técnica legislativa, motivo pelo qual propomos seja apresentado a mesma uma emenda substitutiva vazada nos termos da proposta apenas.

A boa técnica legislativa recomenda que a norma dê o comando imperativo e reserve a análise dos motivos que originaram a justificativa ofertada em folha apartada.

Ante o exposto, nosso parecer favorável fica condicionado à complementação pela emenda inclusa.

Sala das Comissões, em 05.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

## EMENDA SUBSTITUTIVA

## PROJETO DE LEI N° 041/95

Art. 1° - Fica instituído o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar na Secretaria de Estado da Saúde, a partir do ano letivo de 1995.

Parágrafo Único - O Programa de que trata este artigo garantirá efetiva prevenção de doenças bucais a todos os alunos de estabelecimentos de ensino da rede pública e particular no Estado.

Art. 2° - Para o fiel cumprimento do disposto nesta lei, o governo do Estado firmará convênios, "ad referendum" da Assembleia Legislativa, com o Conselho Regional de Odontologia e com as administrações municipais.

Art. 3° - O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, distribuirá às escolas da rede pública, periodicamente, conjuntos contendo escova e creme dental fluorado de baixa ou nenhuma abrasividade, para uso dos alunos.

Parágrafo Único - A periodicidade da distribuição de que trata este artigo será avaliada conforme especificação odontológica.

Art. 4° - A Secretaria de Estado da Saúde manterá um cadastro técnico científico da saúde bucal dos estudantes, permitindo avaliação anual dos resultados do Programa instituído nesta lei.

Art. 5° - O Governo do Estado promoverá publicidade institucional divulgando métodos de prevenção de doenças bucais.

Art. 6° - Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Governo do Estado obrigado a criar

nos Orçamentos futuros, na Secretaria de Estado da Saúde, rubrica orçamentária específica para implementar o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 1995, as despesas de que trata este artigo serão cobertas através da abertura de crédito adicional especial, utilizando-se um dos recursos previstos no § 1º do art. 41, da Lei nº 4.320/64.

Art. 7º - O Governo do Estado regulamentará a presente lei no prazo de sessenta (60) dias, contado da data da publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

Apoio: Carlos Simões, Nelson Justus, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Rossoni, Walmor Trentini, Luiz Cláudio Romaneli, Antonio Annibelli e Irondi Pugliesi.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 041/95

P A R E C E R:

A proposição, em epígrafe, visa instituir o "programa estadual de prevenção da saúde bucal escolar", no estado do Paraná.

Sob análise desta Comissão, de acordo com art. 33 § 3º do Regimento Interno, manifestamo-nos favoráveis a emenda substitutiva da CCJ ao projeto visto que viabiliza o combate às doenças bucais, em sua raiz, pelo programa de prevenção proposto.

No mérito, há que se considerar, ainda, a determinação da lei fundamental do Estado, a Constituição da República em seu art. 196, que preconiza ser "saúde, direito de todos e dever do Estado".

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 41/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná.

Salientamos que trata-se de matéria de extrema importância, pelo fato de contribuir para o perfeito desenvolvimento dentário, em significativa parcela da nossa população.

Diante da análise do projeto em tela, esta comissão no que lhe cabe opinar, nada encontrou que obste a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorá-

vel opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 041/95

P A R E C E R:

Projeto de Lei nº 041/95, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências.

Entendemos que, como nos informa a Secretaria de Estado da Saúde, o Programa irá servir de suporte legal para o desenvolvimento das ações do setor.

Isto posto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/95 de veto apostado ao Projeto de Lei nº 061/95 de autoria do Deputado Antonio Belinati que altera o Art. 12 e o Parágrafo Único da Lei nº 10.068 de 28.08.92, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG Nº 214/95

Curitiba, 24.11.95.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 245/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 061/95, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o art. 12 e seu parágrafo único, da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, para que passem a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná e do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, que se ocupem de atividades de ciência, pesquisa e geração de tecnologia, planejamento, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, uma gratificação de incentivo à pesquisa.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata este artigo será objeto de regu-

lamentação através de decreto, mediante proposta conjunta da Secretaria de Estado da Administração, Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura e do Abastecimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta lei."

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua flagrante e indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos no art. 66, inciso II, combinados com o art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Governador do Estado, a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva". É oportuno lembrar que a pretendida medida é também ofensiva ao art. 61, § 1º, inciso II, letra "c", da Magna Carta da Nação, cujo preceito de processo legislativo é reproduzido pelas Constituições dos Estados Federados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 61/95, encontra-se publicado no D.A. nº 21/95, de 21/03/95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 038/95

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei nº 061/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que tem por finalidade alterar o art. 11 e o parágrafo único da Lei nº 10.068 de 28.08.92, que institui a gratificação de incentivo a pesquisa a técnicos de nível superior.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Dessa forma, a proposição em tela está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição nº 038/95, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 061/95 adotará o disposto pelo § 4º do art. 71, da Constituição do Estado do Paraná, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Senhor 1º Secretário que procederá à chamada nominal por

duas vezes, o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos, onde receberá a carta sobre-carta rubricada do Senhor 1º Secretário. A seguir dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da mesa e cujo interior encontrará a cédula de votação contendo as expressões: "sim" e "não".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "sim". Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão "não". Após haver feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobre carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que, para rejeição do veto com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito Deputados votem "não" conforme a previsão da parte final do § 4º, do art. 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar a votação) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiros e companheiras, servidores públicos do Estado do Paraná, principalmente os funcionários do IAPAR. Queremos encaminhar a votação deste Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 061/95 de autoria do Deputado Antonio Belinati.

Senhores Deputados, ao longo do ano de 1995, em mais de um momento foi nesta Casa de Leis aprovado projeto autorizatório. Portanto uma das argumentações geralmente usada para se colocar veto em projeto de lei, diz respeito ao fato de o projeto ser autorizatório. Neste caso podemos afastar esta hipótese para analisar tal veto, uma vez que projetos da relevância da venda das ações da COPEL também teve seu caráter autorizatório.

É especificado também, em nosso arcabouço legal, que num projeto de lei, vetado sob a alegação de inconstitucionalidade, ela pode vir a ser corrigida, caso este veto seja derrubado. No momento em que é derrubado, a inconstitucionalidade ganha a legalidade. Assim há e existe este entendimento por parte de juristas.

Cabe a nós, Parlamentares, fazer valer a independência deste Poder que, em votação aberta, já no ano passado, foi aprovado por unanimidade, praticamente, dos Senhores Deputados.

O que pedimos é que seja mantida a mesma coerência da votação anterior. Aquela Parlamentar que votou favorável no ano passado, em votação aberta, que o faça



agora favorável, em votação secreta, para mostrar que nós, independente do voto, secreto ou não, mantemos a nossa posição política e a nossa firmeza em relação aos projetos de lei.

Esse é o pedido que faço aos Senhores Parlamentares!

Queremos também dizer que esta questão colocada neste projeto não é a solução para os servidores públicos, bem o sabemos. É necessário se rediscutir uma política salarial aos servidores públicos. Uma política na qual o servidor público seja tratado como um profissional, e que possamos rediscutir todos os cargos de confiança que existem no serviço público, pois é esta a desgraça que existe, e não o servidor, pois é nestes cargos que existem as distorções!

E ao votar contra este veto estaremos criando também um momento e uma oportunidade política, para que esta discussão se dê entre os representantes dos trabalhadores públicos e a administração pública do nosso Estado.

Nesse sentido encaminhamos, pedindo encarecidamente aos Senhores Deputados: vamos manter a nossa coerência no voto secreto e vamos derrubar o veto do Senhor Governador!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, senhores funcionários do IAPAR.

Hoje os funcionários do IAPAR vivem um dia de grande expectativa. Creio mesmo que os funcionários do IAPAR, nesta tarde, estão tomados de forte emoção, porque ainda há, na memória de cada um, aquela sessão memorável, desta Casa de Leis, quando o nosso projeto, estendendo a G.I.P. para todos os funcionários do IAPAR, foi aprovado, sem um voto contrário sequer. Não houve aqui um Deputado que entendesse naquela oportunidade que o nosso projeto não fosse constitucional, não fosse correto, não fosse justo.

E lembro-me e creio que todos se lembram que houve uma verdadeira festa, uma festa de gratidão dos funcionários do IAPAR com o voto recebido de mais de 40 Deputados que estavam naquela sessão e que aprovaram o nosso projeto.

Hoje, infelizmente estamos, - sabemos - numa parada muito mais difícil, porque agora esta reivindicação de tantos anos dos servidores do IAPAR será decidida naquela cabine e ali, da mesma maneira em que quando o Deputado é eleito ele recebe o voto secreto do eleitor tendo apenas

Deus por testemunha, porque o eleitor se quiser pode enganar o pai, a mãe, o namorado, a namorada, o candidato, o cabo eleitoral dizendo eu votei neste candidato e votou no outro. Mas há sempre Deus a testemunhar em quem verdadeiramente o eleitor votou.

E hoje, vamos viver daqui a pouco uma reprise daquilo que ocorre no dia 3 de outubro ou no dia 15 de novembro quando o eleitor está sozinho na cabine indecifrável para eleger a nós Deputados, eleger o prefeito, o vereador, o senador, o presidente da República.

O nosso apelo, Senhor Presidente, é que haja - como já foi colocado aqui - a coerência. Estou vendo a carta dos funcionários do IAPAR e que deve estar nas mãos de cada Parlamentar, onde os funcionários dizem o seguinte: "Senhor Deputado Estadual, os funcionários do IAPAR aguardaram ansiosos por este dia. Vossa Senhoria bem sabe da grave crise salarial pela qual passa o instituto. Certamente a gratificação de incentivo à pesquisa G.I.P., que o Senhor terá oportunidade de transformar em lei, derrubando o veto do Governador, não é a solução para todos os problemas mas é o melhor indicativo de que o Governo e o Senhor não querem que o IAPAR pereça".

O IAPAR aí, Senhores Deputados, fundado bastante forte para consciência de cada um que vai apreciar o veto. O IAPAR possui, eu diria que o 1º lugar em competência, em dedicação de seus funcionários que fazem do IAPAR um instituto orgulho para o Paraná e para o Brasil.

Mas, contrastando com esta competência e com a dedicação dos funcionários, o IAPAR possui, pasmem os Senhores, o 18º pior salário do País, fica atrás do Estado de Alagoas em termo de pior pagamento àqueles que trabalham na área da pesquisa, comparando aí, Senhores Deputados, outro subsídio importante, incontestável, para que a gente derrube o veto.

No Paraná, comparando as médias salariais da EMBRAPA, TECPAR, CEASA e EMATER, o nosso querido IAPAR ocupa, que tristeza, Senhores Deputados, o nosso IAPAR, orgulho para o Paraná, mas nos entristece quando a gente vê aqui que o IAPAR ocupa o último lugar também em termos de pagamento, em termos de salário para os seus servidores. Note que as empresas do Estado têm sua folha salarial mantida pelo Estado. Por isso, não há explicação para o fato de o IAPAR ser tão maltratado. A G.I.P. que o Sr. transformará em lei, não trará ônus para o Estado, visto que o índice de gratificação será de iniciativa do Executivo, que com seus estudos dirá qual o índice mais apropriado à sua receita.

Por isso, Deputado, pedimos que o Senhor se coloque em defesa desse grande

Instituto de Pesquisa que é o IAPAR, e diga não, ao veto do Governador. Vote não, naquela cabine.

(Palmas)

Pelos funcionários, pela pesquisa agropecuária e pelo povo do Paraná, diga não, ao veto. Vote não.

E para comparar, queria aqui parabenizar o Jailson, jovem, grande Presidente do SINDASPEL, o Ricardinho, Diretor; essa diretoria do SINDASPEL tem se desdobrado no contado Deputado-a-Deputado, gabinete-a-gabinete, dias, meses, num trabalho incansável.

Está de parabéns o Jailson, o Ricardo, a Diretoria, estão de parabéns os funcionários que têm vindo a esta Casa.

E para terminar Presidente Anibal Khury, tenho aqui a tabela de salário inicial. Veja a disparidade: inicial do IAPAR R\$ 431,04 sem o desconto, a média R\$ 526,58. Na CEASA que também é do mesmo Governo, inicial R\$ 757,10 a média salarial R\$ 1.240,61. Na CLASPAR que também é do mesmo Governo que paga os funcionários do IAPAR, enquanto no IAPAR o inicial é de R\$ 431,04 na CLASPAR o inicial é de R\$ 708,77 e a média de R\$ 1.124,84. No TECPAR também do mesmo Governo aquele que começa hoje lá tem um salário inicial de R\$ 1.002,02, mas a média, aí que vem Senhores Deputados, olhem o levantamento feito pelo Jailson e pela diretoria do SINDASPEL, um funcionário de muitos anos do IAPAR, na média vai ganhar R\$ 526,58. No TECPAR, dinheiro do mesmo Governo, dinheiro que sai do mesmo caixa, da mesma fonte de arrecadação, a média pula de R\$ 526,58 para R\$ 1.947,21. Na EMBRAPA que é do Governo Federal o inicial é de R\$ 821,29 e a média para o pessoal que trabalha na EMBRAPA é R\$ 1.506,40.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma batalha dura, mas que Deus abençoe cada Deputado. Peço que cada um naquela cabina e eu até lamento que o regulamento, o Regimento Interno obrigue a que a votação seja na cabine secreta, porque o ideal seria o voto aberto para que cada um possa clarear o seu voto perante os funcionários do IAPAR.

Encerro, Senhor Presidente, louvando a Deus pela vida de cada um, pelo voto de cada um, e que Deus permita que, ao final desta Sessão, aquele mesmo clima de festa, de alegria que vimos estampado no rosto e no coração desta gente do IAPAR, possamos ver no final da Sessão, não a decepção, não a frustração, mas com a derrubada do Veto possamos ver todos agradecidos pelo voto e pela ajuda dos Deputados, para que essa distorção, essa injustiça salarial possa ser corrigida, dando-se a G.I.P., esta gratificação a todos os funcionários desse instituto, orgulho para nós, que é o

IAPAR.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero manifestar juntamente com o Deputado Dr. Rosinha e demais Deputados da Bancada do PT, o nosso apoio ao projeto de lei do Deputado Antonio Belinati, e portanto, o nosso voto contrário ao veto do Governador. Temos muita esperança porque sabemos que o Deputado Belinati, além de esposo da vice-Governadora, é um Deputado respeitadíssimo do PDT, partido do Governador, e se somarmos os cinco votos da Bancada do PT, os dez votos da Bancada do PMDB, mais dez do PSDB, o voto do Deputado Antonio Belinati, mais alguns votos da Bancada do PDT, temos certeza que esse Veto será derrubado, a bem do IAPAR e da pesquisa agropecuária, porque é um Instituto, nesta fase de crise que passa a pequena produção principalmente, aquela que não tem a quem recorrer, é um Instituto de extrema importância, para que possamos buscar a tecnologia alternativa para o nosso Estado.

Achamos que é perfeitamente justa a extensão dessa gratificação, na medida em que todos os funcionários do IAPAR, sem dúvida nenhuma, participam da pesquisa de forma direta ou indireta. Portanto, manifestamos mais uma vez, o nosso voto contra o Veto do Governador, o nosso apoio aos funcionários do IAPAR que nos dão a honra de estarem aqui hoje, nossos companheiros de Ponta Grossa e todas as cidades do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Uma rápida exposição no dia de hoje, em nome da Bancada do PMDB, e do companheiro e amigo Carlos Simões, que nos pede que fale em seu nome também.

Queria aqui só chamar a atenção, Senhores Parlamentares. No ano passado tramitou uma Mensagem, um projeto de lei por esta Casa estendendo gratificação a todos os funcionários do IAPAR. Conversamos em nossa Bancada: "Quem era o autor do projeto de extensão das vantagens a todos os funcionários do IAPAR?" Nada mais, nada menos que o Deputado Antonio Belinati, um nome respeitado do PDT do Paraná; marido da vice-Governadora do Estado do Paraná.

Portanto, no nosso entendimento perfeitamente sintonizado com os critérios do Governador do Estado do Paraná. Não era enfim, um projeto de um Deputado de Oposição. Era um projeto de um Deputado de grande valor no partido do Governo.

Mas, o que quero chamar a atenção é o seguinte: mesmo assim, por ter visto no-

vas votações que foram mudadas no curso do tempo, lembram os Senhores Parlamentares, lembra a imprensa, lembra os dirigentes do IAPAR, fizemos um requerimento em nome da Liderança do PMDB, para que a votação fosse nominal. A Mesa deferiu a votação nominal, todos os Deputados nominalmente votaram a favor do projeto do Deputado Antonio Belinati. Foram daqui os funcionários do IAPAR, levando a alegria de perceber que a Assembléia Legislativa do Estado, com mais de 40 votos, todos os presentes naquela sessão haviam reconhecido o direito de extensão do benefício da pesquisa a todos os seus funcionários.

Ora! Senhor Deputado e Senhor Presidente, a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo, os Parlamentares do Paraná e do Brasil inteiro, sistematicamente cobram e brigam por devoluções de prerrogativas por Parlamento. Brigam pelo respeito maior à classe política, brigam, e pedem, e lutam, para que o político, representante popular seja valorizado, considerado e respeitado perante a opinião pública. Pois não há um caminho mais curto de desmoralização deste Parlamento, se depois de ter votado por unanimidade o projeto, hoje não se derrubar o Veto do Governador.

Porque se isso acontecer estamos brincando com o funcionário público, estamos brincando com uma categoria. A hora de ter ido para a tribuna, a hora de ter manifestado discordância com o projeto, era na hora da votação do projeto. Mas não! Naquele momento, Zé Maria, votação nominal, pública, chamando o nome de cada Deputado, todo o mundo disse: Sim.

Pois espero que no dia de hoje, pelo respeito nesta Casa, pela dignidade do Parlamento, todos os Deputados digam: Não. Derrubem o Veto, e garantam a prerrogativa ao IAPAR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentar Vossa Excelência, que traduziu o que eu gostaria de dizer e até havia escrito alguns tópicos, para dizer exatamente o que Vossa Excelência acabou de dizer. E Senhores Deputados devem prestar bem atenção do que vou repetir, daquilo que disse o Deputado Caíto Quintana.

Vou além. Estou preocupado. Preocupado que viemos para a Assembléia, como radialista, como um jovem que veio para aprender, para fazer leis, para respeitar o povo do Paraná, e principalmente, para respeitar o funcionalismo público que está sendo marginalizado hoje.

Ontem nesta Casa, fiz um pedido para

que o Secretário de Educação do Paraná viesse hoje a esta Casa dizer ao povo do Paraná, para os seus representantes, que somos nós, o que que está acontecendo na Educação deste Paraná. E, para tristeza minha, o meu requerimento foi derrubado em Plenário e o Secretário não virá. Pelo menos nem nos mandou uma carta dizendo, como está a falta de carteira que a "Folha de Londrina", publica na primeira página hoje, que está em todos os jornais. A falta de material para a Educação, excesso de aluno, falta de respeito com o professorado do Paraná, que foi o grande condutor na campanha do atual Governador que aí está.

Senhor Presidente, estou preocupado, não entendo mais nada. Preciso fazer um curso e até gostaria de sugestão daqueles mais antigos da política, porque estou vendo coisas que não tinha visto. Por exemplo: um Deputado do Governo. Como disse o Deputado Caíto, o Deputado Belinati apresenta um projeto feito por um membro do Governo, e aprovamos por unanimidade nesta Casa. Todos nós, e acho que com responsabilidade.

Logo em seguida o Governo manda que os Deputados mantenham o veto que ele próprio fez a um membro do seu Governo; eu diria que é como o pai que tira algo que deu para seu filho como presente no dia do seu aniversário.

Senhor Presidente, não quero me alongar, porque o Deputado Caíto Quintana manifestou a minha preocupação de que no final, essas galerias que estão aqui, saiam ali em baixo, nos esperando na porta e nos chamando de irresponsáveis, Deputados que não fizeram aquilo, não cumpriram o que fizeram na sua primeira votação; saírem daqui e dizerem ao Paraná que não acreditam mais nos políticos, que não acreditam mais nos homens públicos e a nossa Assembléia estará sendo desmoralizada mais uma vez, se isso vier a acontecer.

Portanto, Senhores Deputados do Governo ou não, mas Deputados do povo do Paraná, está na hora de mudarmos essa realidade, está na hora de sairmos daqui como Deputados sendo levados pelos trabalhadores desse Paraná, que comandam as Secretarias de diversos âmbitos desse Estado.

Portanto, peço e voto, em nome daquela cidade que está escrito ali, Ponta Grossa que represento, em nome dos Campos Gerais, uma região massacrada e esquecida e que nenhum cargo de primeiro escalão tem no Governo, como se fosse apenas uma ponte que se passa por cima e se diz: "tchau, tchau". Em nome de tudo isso, Senhor Presidente, com todo o respeito aos companheiros, por favor vamos, com dignidade, respeitar esse funcionalismo do Paraná que está sofrendo e precisa do nosso apoio.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, recordo ainda que no ano passado passou no meu gabinete uma equipe de funcionários do IAPAR solicitando apoio para aprovação do projeto de autoria do Deputado Belinati.

De pronto disse das dificuldades legais que existiam nesse processo para fazer tramitar nesta Casa, e disse mais, que se não houvessem esses impedimentos eu estaria votando com o IAPAR. Quando vim para a sessão, acompanhando, vi todas as lideranças de apoio ao governo, mais as bancadas que o apóiam, votarem nominalmente favoráveis ao projeto. A partir daquele momento, decidi assumir um compromisso com os funcionários do IAPAR que votaria em apoio ao projeto do Belinati, porque o próprio governo devia ter se sintonizado com relação ao Deputado da sua bancada, ainda mais que a vice-Governadora, pessoa de um estreito relacionamento com o IAPAR, instituição que não só Londrina, mas todo o Paraná deve respeito pelo trabalho ali realizado, porque muitas das sementes produzidas hoje, que estimulam a produção do nosso Estado, saíram da pesquisa, do trabalho diuturno desses pesquisadores e desses funcionários. A partir de então, e vendo a manifestação unânime desta Casa, não podia eu entender diferente, sendo um homem do interior, sendo alguém que representa a região da qual inclusive a minha cidade Ibiporã, tem uma estação experimental, e portanto, a aprovação unânime dos Deputados, tenho certeza, Antonio Belinati, que aqui hoje o veto será derrubado, porque será a manutenção da coerência dos Senhores Deputados, será a manutenção daquele voto bonito que foi dado quando nominalmente foi chamado. Os funcionários do IAPAR, tenho certeza, terão essa segurança de que a Assembléia não fez um circo naquele momento, mas fará referendar aquele voto que deu na Sessão anterior, votando pela derrubada do veto.

É assim que espero, Senhor Presidente, porque desta forma estaremos sendo coerentes com aquilo que fizemos alguns dias atrás.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, desde o início, quando começaram aqui os primeiros embates com relação a esse projeto de lei, conversávamos no gabinete com uma delegação dos representantes do IAPAR

e eu falava, naquele momento, - e a pessoa lembra muito bem porque reafirmei minha fala -, de que o projeto, com tranqüilidade, seria aprovado. Ele tinha aspectos inconstitucionais. O projeto seria vetado e o veto, volto a confirmar esta última parte, não seria derrubado. Isso eu falei.

Por que falei isso? Porque entendia, naquele momento, que era essa mais ou menos a linha que escolheu o Deputado Antônio Belinati, era essa a linha de conduta do Governador do Estado.

Deputado Belinati, em que pese a admiração extrema que tenho por V.Exa. e estamos do seu lado no projeto, o Partido dos Trabalhadores tem 5 votos para tentar derrubar. São poucos votos mas são votos fiéis e quentes, que as pessoas nem chegam a pedir para votarmos contra porque de antemão conhecem nossa linha filosófica. Porém, tenho que aproveitar esse momento de discussão para refletirmos sobre o processo que está ora em trâmite. E também para as pessoas que vieram aqui terem claro o que está acontecendo, porque um parlamentar do Partido do Governo - PDT - apresentou um projeto e o mesmo PDT vetou. Tem alguma coisa errada! Então, em tese, a Oposição não deveria nem se manifestar, porque se a própria Situação não está se entendendo, o que que vamos fazer?

Se fosse eu o Deputado, primeiro apresentaria o projeto. Antes porém, uma consulta ao meu governador, um bate-papo com ele sobre a possibilidade de aprovação do projeto e, em seguida, chamar os interessados e discutir o projeto e depois colocá-lo em votação. Porque se hoje não for derrubado o veto a Oposição neste Parlamento não tem culpa nenhuma. Apesar de que a Oposição vai dar sua contribuição significativa com os votos, todos os votos da Oposição para derrubada do veto. O que tem de ser entendido aqui é que parcela do PDT tem que começar a se entender com a outra parcela do PDT. Porque queremos fazer uma Oposição tranqüila, dentro dos nossos princípios referendados pelo voto popular.

Não podemos compreender e não podemos aceitar que ninguém pode ser vítima de uma manobra para ser forçado a essa ou àquela situação. Especialmente os servidores que estão aqui, buscando serem dignamente valorizados. Então vamos continuar cobrando. Acho que temos que continuar cobrando do Governador se não passar, e nós mesmos da Oposição faremos questão, quem sabe o ano que vem, ou esse ano, com a maioria das assinaturas, reapresentar o projeto, quem sabe com algumas modificações do ponto de vista constitucional.

Era essa a angústia que tinha para manifestar a esse Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito

ao Sr. 1º Secretário que dê início à chamada nominal para a votação.

Deverão ser procedidas duas chamadas nominais.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do Veto, e conseqüente aprovação do projeto serão necessários que vinte e oito dos Senhores Deputados votem não conforme previsão da parte final do § 4º do art. 71, da Constituição Estadual.

Solicito aos Senhores Deputados que não se aglomerem perto da cabine indevasável.

O Sr. 1º Secretário procederá à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)  
- (Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 52 Senhores Deputados.

Designo comissão constituída, pelo Deputado Antonio Belinati, e as Lideranças Ângelo Vanhoni, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Élio Rusch e Caíto Quintana, para comporem comissão escrutinadora.

Resultado: votaram 52 Senhores Deputados.

Pela manutenção do Veto: 18 Senhores Deputados.

Pela rejeição: 23 Senhores Deputados.

Votos em branco: 10.

Voto nulo: 01.

Mantido o Veto.

Sobre a mesa, Requerimento nº 081, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Deferido.**

A Mesa atende ao Requerimento e acrescenta: para os demais Partidos. O prazo para indicação fica fixado até o dia 10.03, para todos os Partidos.

Requerimento nº 087, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputado que aprovam o Requerimento do Deputado Vanhoni.

14 Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam.

20 Senhores Deputados rejeitam.

**Rejeitado.**

Requerimento nº 088, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente.

O Doutor Simon Blinder e o Doutor Renato são funcionários da COPEL há quase 30 anos. Conhecem a empresa de energia elétrica do Paraná como ninguém.

O Senhor Simon Blinder, pela sua envergadura moral, pela sua competência profissional, estava na responsabilidade da condução da direção de Engenharia e Obras da COPEL, e na semana passada foi afastado do cargo, que até agora está vago. As informações que nos chegam não são completas; são informações truncadas em relação a alguns problemas que estão acontecendo nesta Companhia.

Então, gostaríamos que a Assembléia Legislativa, como tem de responsabilidade, em função até do próprio projeto que aprovamos na Legislatura passada, da abertura do capital dessa empresa, a venda das ações, seria de bom alvitre que a Assembléia Legislativa tomasse conhecimento das razões do porquê de o Senhor Simon Blinder, uma figura renomada dos quadros da COPEL, ter sido afastado da empresa.

Então, nesse sentido, para corroborar com esse debate, que a Assembléia Legislativa e o Estado do Paraná estão fazendo a respeito do processo em curso, em relação à COPEL, é que estamos solicitando que o Senhor Simon Blinder, acompanhado do Secretário de Governo, venha a Assembléia Legislativa, prestar alguns esclarecimentos aos Deputados.

E faço um apelo ao líder do governo, Deputado Algaci Túlio e à Bancada que dá sustentação ao governo, que permitam que este requerimento seja aprovado, para que possa enriquecer os debates a respeito dessa companhia, sobre tudo no que diz respeito à Usina de Salto Caxias. Está se procedendo um consórcio, a Assembléia Legislativa não tem conhecimento. E nos parece que é com relação a algumas divergências neste consórcio da construção de Salto Caxias, que o Sr. Simon Blinder foi afastado.

Então estamos solicitando, que o funcionário Simon Blinder possa comparecer a este Plenário.

Peço à Bancada do Governo e aos meus companheiros de outros partidos que aprove este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. CÉZAR SILVESTRI (Para Encaminhar) -

O episódio da venda das ações da COPEL, na minha avaliação, e tenho certeza que na avaliação da grande maioria dos deputados dessa Casa, foi um processo na verdade truncado, que trouxe sérios problemas, inclusive para o próprio governo.

Para que isso não ocorra, com relação à organização do consórcio de Salto Ca-

xias, quero apelar à Bancada do PSDB que vote favoravelmente a esse requerimento..

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, a intenção nossa de defender o requerimento do Deputado Angelo Vanhoni, é de que na mesma linha nós devemos ter maiores explicações de uma empresa hoje que está sendo alvo da crítica da sociedade do Paraná, tanto pela questão das ações, quanto pelo tarifaço, pelo aumento no corte, subsídio, como queiram chamar, e também pela diferença residual dos medidores que foram cobrados numa ocasião só, inclusive uma grande inabilidade.

Dessa vez eu gostaria de ver aqui alguém que falasse pelo menos em nome da COPEL, porque nem mesmo dentro daquela empresa nós conseguimos ser ouvidos, quando lá nós estivemos em pelo menos 10 Deputados e não fomos recebidos pelo presidente.

Então, que os setores do governo ligados à administração da COPEL venham falar em nome do presidente da COPEL. Pelo menos que isso ocorra. E é essa intenção que nós queremos apoiar o requerimento do Deputado Vanhoni.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos nos últimos dois meses discutido quase que diariamente as questões relativas à Companhia Paranaense de Energia.

Eu me lembro que no ano passado, tanto os discursos que nós aqui nessa Bancada de Oposição como da situação, sempre nos referimos à COPEL como uma empresa que é paradigma da competência gerencial e essencialmente dos bons serviços que são prestados.

E nós mais um pouco vamos começar a ver a COPEL nas páginas policiais, porque seguramente há um destempero por parte do atual presidente, no momento que dirige a empresa de forma açodada. E o exemplo que dá o Deputado Vanhoni é desse engenheiro Simão Blinder, que aliás era cotado para ser presidente da Companhia de Energia e que foi nos governos anteriores o responsável direto da construção da Usina de Segredo.

É um engenheiro de obras, profundo conhecedor daquela empresa e que ele e mais o diretor econômico financeiro foram defenestrados do cargo pela atual presidente.

Eu quero crer, que até para que nós que estamos sendo cobrados e os Senhores estão sendo cobrados pelo aumento excessivo da tarifa de energia que não é a questão que está em discussão aqui nesse momento, mas é essencialmente os rumos que esta empresa vai ter nos próximos anos pe-

la venda das suas ações, pelo processo obscuro de privatização da empresa ou em partes, como da construção de Usina de Caxias, transferindo 55% dessa Usina para o setor privado.

É fundamental que nós possamos trazer aqui a esta Casa, o presidente da COPEL, a sua diretoria e os ex-diretores, para que nós possamos esclarecer a cada um desses deputados que aqui representam o povo, o que é que está ocorrendo, quais são as grandes diferenças que estão sendo encontradas dentro daquela empresa em relação ao seu futuro, que é um futuro que pertence a todos nós que fomos eleitos para representar o povo do Paraná.

Por isso que, acima aqui de posições pessoais de ser oposição ao governo, creio que na verdade possamos esclarecer os problemas graves que a gente tem visto acontecer na Companhia que é modelo para o País inteiro na área de geração, produção e distribuição de energia elétrica.

Por isso vamos trazer aqui o presidente da COPEL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, parece que caiu um balde de água fria aqui na Assembléia hoje.

É uma pena que o pessoal não saia daqui dizendo que quem votou é a Assembléia, mas foram os Deputados que votaram sim e os que votaram não. É uma pena que a gente não possa ter essa justificativa na ponta da língua.

Mas, Sr. Presidente, o que que significa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o que que significa uma Assembléia? Vamos buscar a palavra correta: Assembléia, é onde estão os Senhores Deputados para discutir, para aprovar as leis e para fazer aquilo que o povo quer e que seja realmente feito.

Senhor Presidente, quando o Deputado Vanhoni vem a esta Casa, a esta Assembléia solicitar que a gente traga aqui pessoas ligadas à Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, para que venham aqui pessoas lá de dentro, pessoas que não chegaram ontem lá, que não foram indicadas através de um decreto, que foram colocadas lá através de um concurso, por serem competentes, estão há muitos e muitos anos lá. Eu acho importante que a nossa Assembléia, que todos nós Deputados tenhamos pelo menos a dignidade de ouvirmos o que tem a dizer. Se bom ou mal, nós temos que ouvir, e o nosso compromisso é indagá-lo e buscar, como jornalista, como radialista, a busca do seu entrevistado, as perguntas e as respostas que ele precisa escrever e colocar no seu rádio.

Esse é o papel da Assembléia e quando a Assembléia diz não, e ver pessoas aqui



que são pagas com o dinheiro público do Paraná, como nós somos, é uma falta de respeito para com todos nós e é por isso que solicito aos demais Deputados que votem a favor. Para que ele venha aqui, se não deve não teme, se o camarada não tem medo ele vem aqui e enfrenta todo mundo; agora, se ele deve, tem que se esconder atrás de uma maioria para ficar distante da verdade nesse Plenário.

Portanto, solicito aos companheiros que votem favorável e votarei ao lado do Deputado Vanhoni. É assim, Sr. Presidente que vamos fazer com que fatos como esse aqui nessa galeria não venham nos deixar, como falei há pouco, com um balde de água fria na nossa cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o Requerimento.

Rejeitado.

O SR. ANGELO VANHONI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se

26 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, inicialmente também para registrar a presença entre nós do Presidente da Cantu Queriguaçu, Prefeito de Candói Elias Farah Neto, e do Prefeito de Laranjeiras do Sul, José Augusto Becker Lima e do Presidente da Câmara de Laranjeiras do Sul, Ademir Severino Alves, que comparecem a esta Casa para reivindicar aos Senhores Deputados apoio à aprovação da região administrativa do Médio Centro Oeste do Estado do Paraná com sede em Laranjeiras do Sul.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, dar conhecimento a todos os Senhores Parlamentares, este assunto já deve ser do conhecimento da Presidência da Casa, da resolução, do acórdão que aprovou a resolução do Tribunal Regional Eleitoral no dia de ontem, onde o Tribunal resolve, à unanimidade de votos, que serão realizadas eleições em 03.10.96, nos seguintes municípios recém-criados (Lê):

"ARIRANHA DO IVAÍ (desmembrado de Ivaiporã)

ARAPUA (desmembrado de Ivaiporã)

BELA VISTA DA CAROBA (desmembrado de Péro-

la do Oeste/Pranchita)

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (desmembrado de Pitanga)

BOM JESUS DO SUL (desmembrado de Barracão)

CAMPINA DO SIMÃO (desmembrado de Guarapua-

va)

CAMPO MAGRO (desmembrado de Almirante Tamandaré)

CARAMBEÍ (desmembrado de Castro/Ponta Grossa)

CORONEL DOMINGOS SOARES (desmembrado de Palmas)

CRUZMALTINA (desmembrado de Faxinal)

ESPERANÇA NOVA (desmembrado de Pérola)

ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU (desmembrado de Quedas do Iguaçu)

FERNANDES PINHEIRO (desmembrado de Teixeira Soares)

FOZ DO JORDÃO (desmembrado de Candói)

GOIOXIM (desmembrado de Cantagalo)

GUAMIRANGA (desmembrado de Imbituva)

IMBAÚ (desmembrado de Telêmaco Borba)

MANFRINÓPOLIS (desmembrado de Salgado Filho)

MARQUINHO (desmembrado de Cantagalo)

PEROBAL (desmembrado de Umuarama)

PONTAL DO PARANÁ (desmembrado de Parana-gua)

PORTO BARREIRO (desmembrado de Laranjeiras do Sul)

PRADO FERREIRA (desmembrado de Miraselva)

QUARTO CENTENÁRIO (desmembrado de Goioerê)

RESERVA DO IGUAÇU (desmembrado de Pinhão)

RIO BRANCO DO IVAÍ (desmembrado de Grandes Rios/Rosário do Ivaí)

SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU (desmembrado de Medianeira)

TAMARANA (desmembrado de Londrina)

Sala das Sessões do TRIBUNAL REGIONAL

ELEITORAL DO PARANÁ, 26.02.96.

(aa) DES. LUIZ PERROTTI

Presidente

DES. WILSON REBACK

Corregedor Eleitoral

DR. MAURO A. FABRÍCIO DE MELO

DR. EDGARD LIPPMANN JR.

DR. EDUARDO FAGUNDES

DR. IVAN JORGE CURI

(ausência justificada)

DR. CÉSAR CUNHA

DR. ALCIDES ALBERTO MUNHOZ DA CUNHA  
Procurador Eleitoral"

Notícia ainda, através desse acórdão, que inobstante a edição de lei pela Assembleia Legislativa do Paraná, pela criação dos Municípios de Centro-Novo e Novo Pirapó as consultas plebicitárias realizadas não obtiveram parecer favorável do T.R.E., e as respectivas emancipações.

Notícia ainda que, quanto aos Municípios de Campina do Simão e Pontal do Paraná, tramita junto ao egrégio Tribunal de Justiça mandados de segurança.

Portanto, dos trinta municípios apro-



vados pela Assembléia, vinte e oito deles estão com eleições marcadas para o dia três de outubro deste ano, conforme Acórdão e Resolução do Tribunal de Justiça, e apenas dois: Novo Pirapó e Centro Novo ainda pendentes de decisão judiciária.

Esta é a informação que passamos à Casa, para o conhecimento de todos os Deputados, já que isso foi decidido no dia de ontem pelo Tribunal Eleitoral do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da carta que o BNDES encaminhou ao Senhor Governador do Estado, e este encaminhou à Mesa a cópia.

Pela Ordem, o Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar o seguinte, Senhor Presidente: na realidade foram duas votações que a Bancada do Governo teve vitória. Primeiro, o pedido de informações a respeito de todo o processo que diz do consórcio de Salto Caxias. Está se procedendo consórcio na construção que prevê a transferência de 55% do controle para grupos privados; a Assembléia Legislativa não sabe nada a respeito, a sociedade paranaense não sabe nada, e a Bancada do Governo parece que tem o interesse de manter estas questões sob um silêncio profundo, como se estivesse de esconder alguma coisa da opinião pública do Estado do Paraná.

O que é mais grave ainda, porque o engenheiro Simão Blinder que foi afastado, e que é o homem que conhece e está por dentro de toda esta operação, agora também por três votos não foi permitida a vinda dele a esta Assembléia.

Quero fazer duas coisas aqui, Senhor Presidente. Primeiro consultar a Mesa: nós aprovamos um Projeto de Lei, criação de uma Comissão de Deputados para acompanhar o processo de venda das ações em relação à COPEL, e como isto é implicado também em relação ao processo, tem algumas implicações.

Quero solicitar à Mesa, para ver da possibilidade de que então o Senhor Blinder possa comparecer a uma reunião desta comissão de Deputados. Se não vem ao Plenário, que possa vir prestar alguns esclarecimentos, solucionar algumas dúvidas para esta comissão de Deputados, na qual fazem parte os Deputados, Nelson Justus, Caíto Quintana, Duílio Genari, Valdir Rossoni e eu.

Por último, gostaria de fazer uma recomendação ao Deputado Algaci Túlio. É deselegante - pode não ser deselegante para Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, e pode não ser deselegante para o Deputado Neivo Beraldin - mas acho que o conjunto de Deputados assistir a cena da sua co-

brança do posicionamento do Deputado Neivo Beraldin, em altos brados, no meio do Plenário, porque ele manifestou o seu voto contrário à orientação do governo, por mais que o Deputado Neivo Beraldin em vários momentos apóia o Governo, esse tipo de gesto de cobrar na frente dos outros Deputados o posicionamento de um companheiro, constringe o Deputado Neivo Beraldin, e constringe a elegância do conjunto da Assembléia Legislativa.

Gostaria que o Senhor resguardasse os seus procedimentos de cobrança interna, para não constringer o conjunto da Assembléia, de ver companheiros aqui sendo pressionados por Vossa Excelência aos brados de como não deve se comportar em Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Não é Vossa Excelência que vai me ensinar como é que tenho que me comportar em Plenário.

Tenho o meu jeito de proceder, e sei que posso até ter cometido um certo constrangimento, mas não é Vossa Excelência que vai dar uma lição aqui como é que devo me comportar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, dado o calor dos debates, não entendeu bem o Requerimento do Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Uma consulta à Mesa, se o Senhor Blinder e o Renato poderiam vir à comissão de Deputados para discutir, passar esclarecimentos sobre Salto Caxias e o consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão está constituída regimentalmente e tem competência para convidar as pessoas que possam esclarecer todas as ações da venda ou caução da COPEL.

Cabe a esta Comissão eleger o seu Presidente, e se for necessário se for interessante, aí convidar as pessoas.

A Mesa não terá interferência nenhuma, nisso.

O SR. JOCELITO CANTO (Questão de Ordem) - Só gostaria de consultar Vossa Excelência, com essa grande experiência que tem, como um dos mais vividos políticos da história do Paraná.

Nós vamos ter um confronto amanhã, entre a Oposição e a Situação, na chácara do Deputado Neivo.

Como vamos escalar o time?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isto é uma incógnita que perdura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Lê carta do BNDES.

"Ofício nº 058/96

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1996.  
Senhor Presidente.

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência, em resposta ao Ofício Of. Gov. 021/96, de 30.01.96, através do qual nos foi efetuada a consulta quanto à garantia da sequência das operações programadas com o Estado do Paraná, caso seja mantida na lei o dispositivo limitador de 50% do valor patrimonial para o preço mínimo das ações da COPEL, para informar-lhe que:

O BNDES tem sido, ao longo de sua existência, um instrumento efetivo para o desenvolvimento do País, demonstrando, através da evolução de suas políticas operacionais, uma busca constante no sentido de atender adequadamente o usuário.

- Dentre as fontes básicas de recursos do BNDES, destacam-se o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador é o PIS/PASEP, exigindo remuneração adequada e segurança para suas aplicações, o que implica na constituição de garantias que possam ser executadas, em caso de inadimplência dos tomadores.

- Para que seja gaarantida a liquidez dos fundos, a avaliação das garantias dá-se a preços de mercado, razão pela qual a fixação de um valor mínimo para eventual venda de ações caucionadas em garantia inviabilizaria a operação de financiamento já realizada, bem como as faturas, na mesma modalidade.

Conseqüentemente, cumpre-me ressaltar que a inexistência de limitadores vinculados ao valor patrimonial das ações-objeto propicia sua colocação natural das ações, em mercado, prevendo-se que as futuras operações se concretizem em patamares crescentes de preço, o que depende diretamente da existência de liquidez para ações nas Bolsas de Valores.

Concluindo, enfatizo que, com esse procedimento-padrão adotado pelo BNDES, o principal beneficiário da valorização da COPEL, no mercado acionário será o próprio Estado do Paraná.

Respeitosamente,

(a) LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS  
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 089, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser procedida a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dez aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e sete rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 24 a 26 e 048 de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 027, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A matéria acha-se publicada no final desta Ata.

Requerimento nº 049, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 041 a 044, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 052 e 053, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constantes do expediente de sessão anterior. **Prejudicados.**

Requerimento nº 075, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 076, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 077 e 078, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 079, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 080, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** A matéria acha-se publicada no final desta Ata.

Requerimento nº 082, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 083 e 084, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 086, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 091, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Senhores que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco rejeitam. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-  
Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOUTOR ROSINHA EM SESSÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1996.

"QUEM LUCRA COM O TRABALHO INFANTIL"

Revista "Atenção"

Cerca de 3,5 milhões de menores de 14 anos trabalham no Brasil. Mais de 70% deles recebem em torno de meio salário-mínimo. Outros, semi-escravos, cumprem jornadas de até 12 horas e não recebem nada por isso. Arrebentam os pulmões nas carvoarias ou nas fábricas de calçados inalando cola. Cortam até 2 toneladas de cana por dia ou carregam pesadas caixas de laranjas, ganhando lesões irreversíveis. Não são casos isolados, da periferia atrasada do sistema produtivo.

Petrobrás, Mercedes, Volkswagen, Bombril, GM, Ford, Fiat, Cofap, Cosipa, Cutrale e Dharma são apenas algumas das empresas que estimulam a exploração da mão-de-obra infantil. Elas são as compradoras dos insumos produzidos por estas crianças ou de produtos fabricados a partir deles.

A reportagem de Atenção! percorreu quase 9 mil quilômetros em quatro Estados, seguindo a rota do carvão, da cana, da laranja e dos sapatos para encontrar os destinatários finais dos produtos obtidos com a mão-de-obra infantil.

tra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

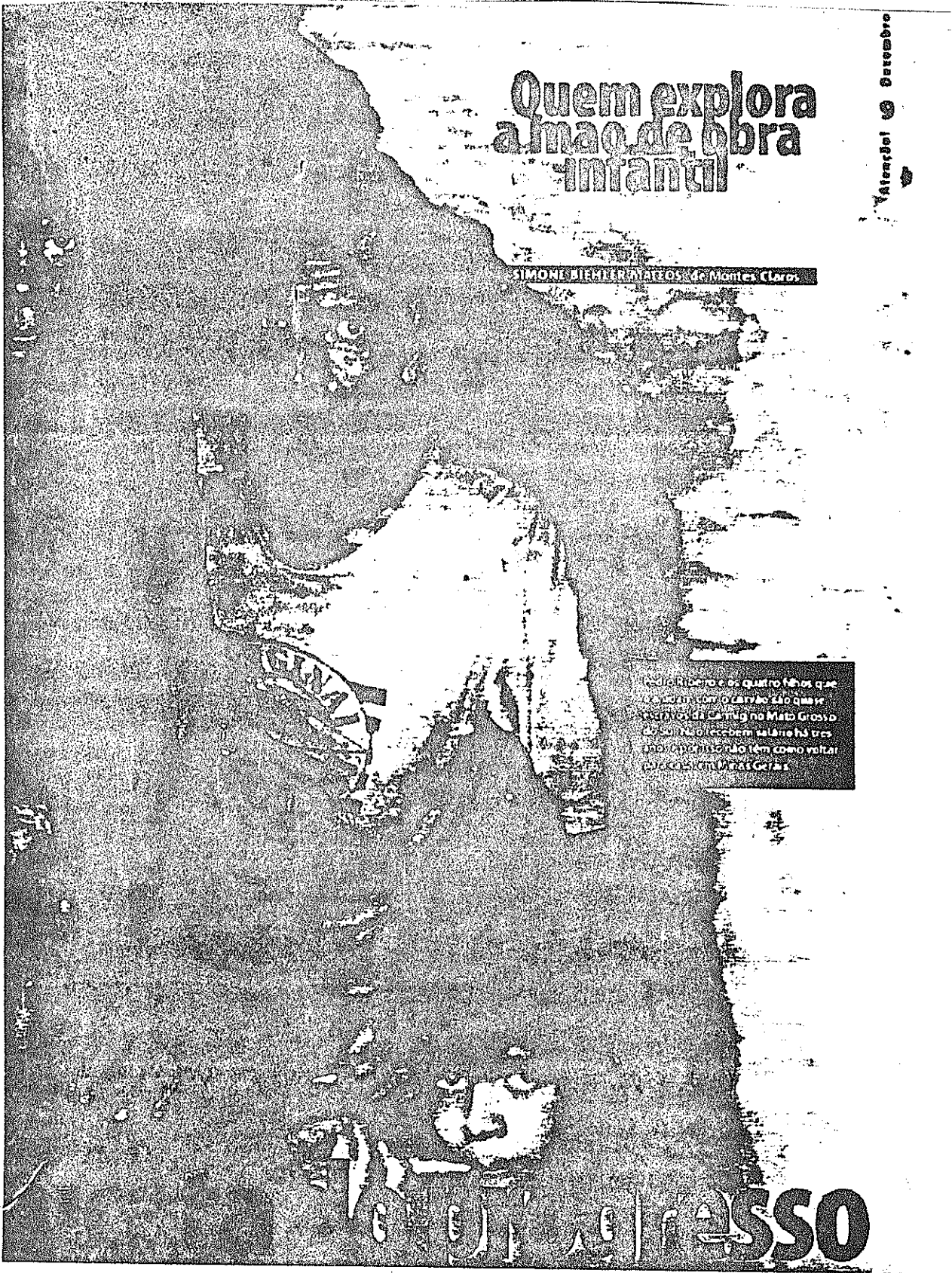
2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 041, 137, 156 e 335/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 419 e 472/95.

Levanta-se a sessão.



NOS



# Quem explora a mão de obra infantil

SIMONE BIECH RIBEIRO (de Monte Carlo)

Rede Globo e os quatro filhos que  
trabalham em grandes lojas de  
ferramentas e materiais no Mato Grosso  
do Sul. Não recebem salário há três  
anos e os pais não têm como voltar  
para o Brasil. Por Gerson

Atenção! 9 Setembro

GRUPO EDITORIAL ASSOCIADO



## Quem explora a mão de obra infantil

**D**AVID SOARES DI SOUZA, a mulher Maria e o filho Fernando, de 12 anos, trabalham 12 horas por dia. Quando a produção vai bem, Fernando consegue ir à escola, a uma hora a pé do barraco, que fica a 50 quilômetros de Bocaina, no norte de Minas Gerais. Ele cursa a segunda série e mal sabe ler. Já a irmã Juliana, de 11 anos, adora escrever cartas, mas teve de abandonar a escola para cuidar do cacau e cozinhar, para que a mãe pudesse ajudar no carvoejamento. A família lucra, contratado verbalmente por um empreiteiro serv., o da siderúrgica Lucapa, recebe por produção e mal tira 190 reais mensais.

Ao meio-dia, sob um calor infernal, Fernando volta da escola para os fornos de tijolo e barro, onde troncos de eucalipto cozinham até virar carvão vegetal. Ele participa de todas as etapas: encher os fornos, fechar a porta com tijolos e vedar com barro os respiradouros que regam a combustão. «Quando silencia a fumaça, a gente barreja tudo para o carvão não virar cinza», explica ele.

O documento tarda três dias e a família tem de estar atenta o tempo todo, pa-

ra tapar as rachaduras que o calor cobre nas paredes do forno. «Em noite de vento, nem dá para dormir», informa David. Enquanto alguns dos treze filhos são carregados, outros estão ou estão num processo ininterrupto que não conhece feriados e respeita poucos domingos. A família produz todo mês dois caminhões de carvão, que irá arder nos altos fornos da siderúrgica Lucapa junto com aquele produzido por centenas de outras famílias, para fabricar 9 mil toneladas mensais de ferro-gusa, a matéria-prima indispensável para a produção do aço. Desse total, 40% serão exportados, principalmente para os Estados Unidos. O resto vai para outras grandes siderúrgicas, como a Gerdas e a Açominas, privatizada em 1993 e vendida a um consórcio do qual participam os bancos SRI e BCI, além da Mendes Júnior e da empresa Aços Villares.

A Açominas transforma o gusa em fio elétrico, fio-máquina, pregos, parafusos, arame, chapas para automóvel, para navio, e outra infinidade de artigos. Entre seus principais clientes estão a Siderúrgica Mendes Júnior, hoje incorporada ao grupo Siderúrgica Belgo-Mineira e a Sisco, que fabrica virabrequim de caminhão. Entre os clientes do grupo Belgo-Mineira, por sua vez, estão empresas como a Bombril, a Mercedes e a Volkswagen, beneficiárias indiretas da exploração do trabalho infantil nas carvoeiras.

Cerca de 100 mil pessoas trabalham para produzir mensalmente 2,5 milhões de metros cúbicos de carvão em Minas Gerais, responsável por 70% do carvão que o Brasil produz. A produção do setor equivale a 6 milhões de dólares e 10% do destino a setores das mais importantes da economia, mas os carvoeiros vivem em péssimas condições de trabalho que impedem o início da era industrial, dos salários altos. A base de tal comércio é a terceirização, programa da produção de carvão pelas siderúrgicas que, dessa forma, se livram dos encargos sociais e burocracia da produção.

### Mais terceirização e mais irregular

A família de David é um exemplo de como a terceirização compromete as crianças para o trabalho. Até há poucos anos, David fazia carvão diretamente para a siderúrgica Mannesmann. Com carteira assinada, recebia dois salários-mínimos e benefícios. «Tinha médico e remédio, a mulher e os filhos não precisavam trabalhar e as crianças podiam ir à escola», lembra David. Foi despedido quando começou a ter falta de ar: estava com mal de Chagas. Submetido a trabalhar por produção foi obrigado a trabalhar e filho nos fornos. Juliana virou doente de casa aos 11 anos.

David, independente da doença, 6-



não poucas chances de permanecer na Itaimagnética. Em 1983 a empresa mudou a produção de carvão 2.500 em toneladas, não recorrendo a 300 e de mais e mais cada uma, embora o consumo tenha aumentado. É mais realista contratar empreiteiros, principalmente o peso atando o custo de gerar passivo a uma empresa imposta ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bucuquê a exatidão da cláusula, que a responsabiliza pela fiscalização das condições de trabalho impostas pelos empreiteiros. «É difícil negociar quando há tantos de empregados dispostos a qualquer coisa por um trabalho», diz Manoel Nova, presidente do sindicato.

Estudos realizados pelo Tribunal Internacional Contra o Trabalho Infantil mostram que a exploração desse modo de vida aumentou o desemprego, de desemprego e da terceirização, no Brasil, no mundo há seis anos. A Volkswagen esteve envolvida num escândalo quando se descobriu a prática de trabalho escravo, inclusive infantil, numa fazenda de sua propriedade, a Rio Caiata-Lou, em Santana do Araguaia, no Pará. A exploração estava entregue a empreiteiros num projeto de que participavam vários bancos, entre os quais o brasileiro. O caso provocou até greve de protesto na Volk alemã, mas no Brasil não houve condenação alguma contra a fábrica ou os bancos.

O vínculo da Volk com a exploração de crianças e adolescentes, indireto no caso da laje, é bastante próximo no caso das fazendas da siderurgica Itaimagnética, sua fornecedora direta que mantém adolescentes nas carvoarias. A 70 quilômetros de Bucuquê, a antiga Fazenda Água Boa, hoje conhecida como Itaimagnética, é uma área de 562 hectares entregue a empreiteiros do carvão. Lá trabalham sem registro diversas famílias. É o caso de Antônio Batista Ferreira e seus filhos Rômulo, de 18 anos, e Renato, de 13, eles cumprem jornadas de até 12 horas nos fornos, com vários descansos. Semi-analfabetos, os dois irmãos trabalham com carvão desde os 10 anos, ele, só até a segunda série, mas passaria de continuar. Não quer ser carvoeiro a vida toda», diz Renato, que ganha salário mínimo, como o pai e os irmãos. Do empreiteiro que há quatro meses levou suas carteiras de trabalho prometendo registrá-los, os três sabem apenas o nome, Luís Carlos.

#### Motosserra que pode amputar um braço

Os três irmãos Cardoso Santos, operadores de motosserra, vieram para a Itaimagnética trazendo o caculo José Joaquim, de 15 anos. Apesar de ser oficialmente trabalhador do grupo, Joaquim aproveita cada momento livre para operar a motosserra. «Corta sem ganhar nada, só para aprender», conta ele, empunhando a ruidosa máquina que facilmente lhe poderia amputar um membro. Seu irmão Timóteo, de 22 anos, é o empreiteiro do grupo. «A Itaimagnética me trouxe a serradeira para poder trabalhar, tenho um contrato de prestação de serviço, recebo um salário e meio há todo mês, e me encargam de pagar meu irmão e outros cinco filhos. Ninguém tem registro porque com o que eles pagam seria impossível», diz José Joaquim. Fazimentos os atrasos constantes no pagamento e o fato de não ter curso e alguma indenização quando acaba o serviço, pois a Itaimagnética anunciou que, nos próximos seis meses substituirá toda a carvão vegetal por carvão mineral (coque), importado.

O processo está se generalizando às empresas de reflorestamento que, nas décadas de 70 e 80 receberam incentivos fiscais para plantar eucalipto no norte de Minas e no Mato Grosso do Sul, estão se retirando, deixando atrás de si a terra devastada e com uma concentração fundiária maior que antes. Os benefícios sociais que os incentivos deveriam trazer viraram tumores nos pulmões e altos juros, onça e carvão substituído favoreceu apenas a siderurgica e seus clientes.

Enquanto a Itaimagnética ainda consume carvão vegetal, os oito povos e o empresário autônomo Timóteo continuam amontoados num cubículo de madeira cheio de fumaça, dormindo em

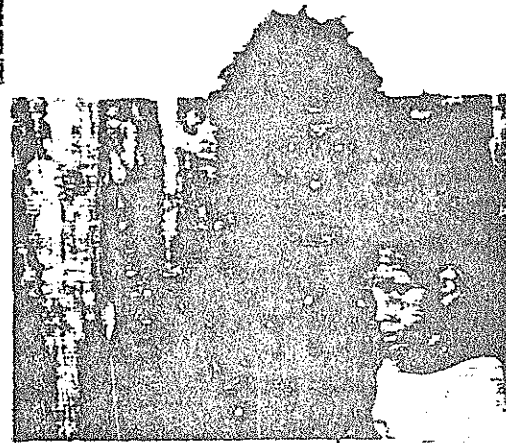


João Rodrigues Cardoso, o esposo Alzide e o filho Leandro nos escravos da Uirua Santa Helena (MS).

beliches de quatro andares, para contribuir com a fabricação de peças para automóveis de marcas distintas como General Motors, Fiat ou Volkswagen, eletrodomésticos de aço e outros como Loup, e Accia e o Belgio-Minera. Estas são as principais consumidoras dos produtos Itaimagnéticos, uma das grandes indústrias de aço de ferro-ligas. Procuradas apenas a Itaimagnética e a Accia se pronunciaram.

A Itaimagnética garante que fiscaliza as condições de trabalho das carvoarias de acordo com o compromisso que firmou com o Ministério Público, depois de várias denúncias de irregularidades. A empresa atribui qualquer problema ex-

João Gomes e o seu capela. Oito filhos de 14 anos, morreu assassinado por um trator, na Camig (MS).

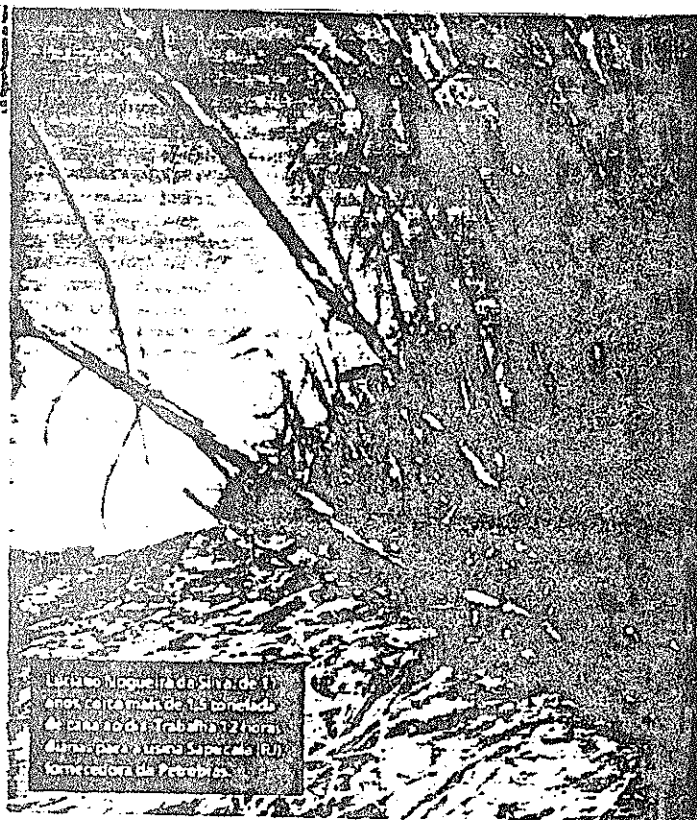


## Quem explora a mão de obra infantil

Bocaiuva ao fato de ser um fornecedor menor (responsável por 8% do carvão consumido pela empresa) e, portanto, não priorizado nesta fiscalização periódica. Semelhante foi a exploração da Accisa, dona do maior forno a carvão vegetal do mundo, privatizada em 1992. A empresa garante que a fiscalização é uma preocupação constante mas que está em proporção à dimensão do fornecedor e que a Italmagnésio fornece apenas 10% do ferro-silício consumido por ela. Acrescentou que a informação sobre a exploração de trabalho infantil pode afetar sua avaliação de um fornecedor, tendo em conta o código de ética da empresa. A situação é mais dramática no Mato Grosso do Sul. Os carvoeiros, que se sempre arriscam de Minas, são reduzidos muitas vezes à condição de semi-escravos. Pedro Ribeiro, a mulher Maria do Carmo e quatro dos sete filhos, por exemplo, trabalham 12 horas por dia sem receber salário há quase três anos, no carvoeiro Carmo, município de Aquidauana. Os filhos mais novos, Wilmar e Júnior, de 12 e 11 anos, se encarregam dos trabalhos menos pesados, que nem sempre são menos perigosos. No ano passado, quando erraram, num dos trabalhos, Júnior afundou num tapete de carvão que encobria brasas. Tive que nadar na de segundo grau, do pé até quase o joelho, e passei três dias gritando sem assistência alguma, porque os responsáveis pela carvoeira não tinham veículo disponível para levá-lo ao hospital. «Aqui é assim, quando tem acidente o patrão some. A gente cura sozinho, que nem bicho», conta Pedro.

Como outros 8 mil carvoeiros do Mato Grosso do Sul, ele trabalha por produção, sem carteira assinada, para um empreiteiro. No caso, a carvoeira Carmo, que arrendou as terras do fazendeiro Sebastião Bernardes, de Araçatuba, São Paulo. Atento às vantagens de se ver livre dos encargos sociais, o proprietário da Carmo, Geraldo Mateus Campos, Pato, imita o comportamento das siderúrgicas, transferindo-lhe o empregado em subempreiteiro. Assim, prometeu Pedro e outros chefes de família, responsabilizando-os por uma bateria de fornos e pelas pessoas que trabalham nela. Pedro tem a obrigação de alimentar e pagar 180 reais por mês aos cinco peões que trabalham com ele e de providenciar a manutenção do caminhão do patrão e suas motosserras.

A corrala vem de um arrasteiro de própria família e é decorada. Também são descontados os gastos com a manutenção do trato e do caminhão, realizada numa oficina mecânica que também pertence a Mateus, assim como eventuais remédios e assistência médica. «Antes descobria até a água que chege



num caminhão-pipa», conta Pedro. Até a finta que transporta o carvão de Matris. «Ele diz que não quer crianças nos fornos e manda sair quando vem fiscalização. Mas, ganhando por produção e com tudo isso de contado, se não trabalhar todo mundo a gente não come», desabafa Pedro.

### Muitas mortes poucas perguntas

A 200 quilômetros da capital do Estado, Campo Grande, as terras da Carmo se regem por leis próprias. A polícia se entra na fazenda para recolher os corpos dos carvoeiros que morreram, mas nunca faz perguntas. Recentemente, vieram buscar o corpo do filho de João Soares, o «João Capão», Sérgio, tinha 14 anos e não dava para transportar semha quando caiu do trato e foi esmagado. Dias antes, levara João morrer de pneumonia «um velho», depois de dois meses de agonia, tossindo em meio à humidade, sem nenhuma assistência. O corpo ficou três dias à beira do brejo. «Aqui acontece uma morte a cada quinze dias pelo menos, tira os caras que discutem com o patrão e acabam sumindo, levando os filhos homens de Matris. A polícia não pergunta nada porque a Carmo é responsável por quase todo o ICMS recolhido no município», diz José Cláudio, peão que trabalha com Pedro.

A vida na Carmo lembra as condi-

ções de trabalho do começo da Revolução Industrial na Inglaterra, no século passado, mas o carvão que a empresa produz alimenta os fornos de setores de ponta da economia brasileira. Além das siderúrgicas, como a Valinhos e Siderul, a Carmo abastece a Piazanga, fabricante de ferro-gusa que tem como principais clientes a Weg, Motors, a Ford e a Cofap Amortecedores. Procuradas pela reportagem - assim como a Volkswagen, a Fiat, a GM, a Cofap e a Cosipa - nenhuma delas quis se manifestar por comentar o fato. A maior parte de imprensa da Volkswagen alegou que toda a região estava em viagem à Argentina, enquanto a Fiat, a GM, a Cofap e a Cosipa solicitaram a exposição do problema por fax, mas não responderam.

Responsabilizar as empresas pelas irregularidades que suas empreiteiras cometem é a solução que vem sendo adotada por inúmeros procuradores de justiça e alguns delegados regionais do Trabalho. «Encontrávamos até cinco subempreiteiros numa bateria de fornos. Não havia como auxiliar. Resolvemos investigar para onde ia o carvão», conta Luis Chaves, ex-delegado regional do Trabalho da região de Monte Claro, Minas Gerais. Entre 1993 e 1994, ele auxilia, por irregularidades trabalhistas e exploração do trabalho infantil de seis empreiteiras, empresas do porte da Mannesmann, Plaster S.A., Grupb Gerda, Codigra e a CBCC (Ca. Brasi-





## Governo subsidia o trabalho escravo

O Pródiócol da Petrobrás financia usinas que exploram crianças

**C**ETRAK, HO infante, não é um fenômeno restrito aos setores tradicionais e não-competitivos da economia brasileira, pela terrível constatação de que a exploração da mão-de-obra infantil cresce em todos os países do mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), calcula que hoje existem 20 milhões de crianças em situação de trabalho forçado no mundo. Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 7,3 milhões de brasileiros entre 10 e 17 anos trabalham. Representam 1,4% da força de trabalho do país e 3,5 milhões deles têm menos de 15 anos. Trata-se de mão-de-obra menos organizada, mais docil e mais barata, em 20 milhões de empregos em condições precárias.

Esta exploração cresce em setores que empregam grande quantidade de mão-de-obra em relação ao capital investido, como as indústrias modernas, como as siderúrgicas e as exportadoras de calçados e suas subsidiárias, além de todo o setor final de indústrias e calçados, tanto de eletrodomésticos

quanto de eletrodomésticos por trabalhadores que pedem socorro continuando a trabalhar, mas os donos continuam a trabalhar.

A Petrobrás, procurada pela reportagem, explicou que é obrigada a comprar o álcool e que não escolhe os fornecedores. «Quem determina as usinas e as quantidades compradas de cada uma é o DNC, em reuniões conjuntas com o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) e representantes das distribuidoras e usinas alcooleiras. Os subsídios que pagamos seriam suficientes para a Petrobrás comprar uma usina por ano», explica Carlos Alberto Ferro, diretor do setor de suprimento de álcool da empresa.

Os seja o despeito das denúncias de trabalho escravo nas usinas de álcool, o próprio governo financeiro empresário escravocratas. A única exigência da Petrobrás com a usina de seus fornecedores é a determinação constitucional que proíba estados de comprar de quem não está em dia com o INSS e o FCTIS. Mas a autorização garante esta aparente lisura em usinas que empregam, amplamente, mão-de-obra infantil e escrava.

Procurados pela reportagem, o DNC e o MME não se manifestaram. Já o assessor do Departamento de Álcool e Açúcar do MIC, João Bovea, declarou que as questões trabalhistas não são incumbência de seu ministério e sim do Ministério do Trabalho (MT). Com isso, a Comissão Interministerial de Álcool, da qual não participa do MME, mas sim o MIC e o MME, já determinou

### Escravos de 8 anos de idade

Nos canaviais de Campos, norte fluminense, crianças e adolescentes vivem em condições de trabalho escravo. Durante 12 horas diárias, em condições de trabalho precárias, trabalham em usinas de açúcar. Numa fazenda localizada em agosto passado, pela Procuradoria da Justiça do Ministério do Trabalho, todas as duas usinas da região foram esvaziadas. Muitas das crianças tinham entre 8 e 9 anos. Nenhum trabalhador tinha registro.

O pior é que as duas usinas, como todas as que produzem para o Pródiócol, são subsidiadas pelo governo. A Petrobrás compra de vários deles, a preço muito baixo, que acaba por fazer com que o álcool seja mais barato do que o produzido de álcool e menor que o consumido nas usinas vendendo diretamente aos distribuidores, mas não por isso ficam sem o subsídio. Os distribuidores também compram por um preço superior ao que recebem e periodicamente apresentam suas contas ao DNC (Departamento Nacional de Comércio, do Ministério das Minas e Energia - MME), que os resarcem, cobrando não apenas o prejuízo como a margem de lucro desses distribuidores. A Petrobrás, por sua vez, cobra os subsídios que desde 1984 representam uma sangria contínua de 2 bilhões de dólares anuais do estado. Sangria que não se interrompe sequer no final da década passada, quando os agentes da empresa que fiscalizavam usinas do Mato Grosso

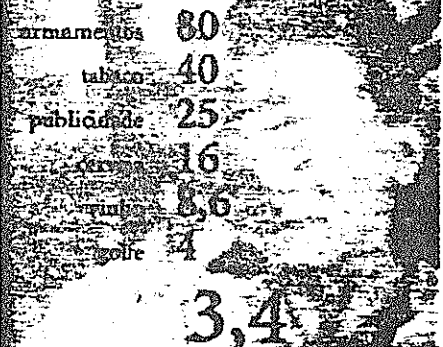
letra (Cartório Civil), companhia de crédito, bônus e que, como de praxe, tornou-se no exemplo de fiscalização rigorosa das condições de trabalho de seus empregados. A atuação da Fundação Abrinq, dirigida pelos grandes grupos carvários e siderúrgicos que dominam a economia local e de açúcar, sendo controlada em abril de 1994.

No mesmo dia, a companhia de Fundação Abrinq, por meio de cartas de crédito, começou a empregar a reter os fornecedores que utilizam mão-de-obra infantil, a carta-pi, do que faz a rede varejista americana Wal-Mart, recentemente instalada no Brasil, explica João Bovea, presidente da entidade. A Wal-Mart exigiu dos fornecedores, em contrato, a inserção de cláusulas que vetam a contratação de menores de 15 anos.

A Fundação Abrinq, em parceria com dois anos numa campanha pela eliminação do trabalho infantil. Dependendo organizar um levantamento nacional de dados, a Fundação está tentando agora engajar as próprias empresas, lançou a campanha «Empresa amiga da criança». As empresas que aderem se comprometem a não explorar a mão-de-obra infantil e a apoiar projetos em favor das crianças. Passam assim a ter o direito de utilizar o selo da Fundação Abrinq. As mais de oitenta empresas que já aderiram ao projeto estão a American Express, a Citibank e a Metal Leve.

### Prioridades do orçamento mundial

Gastos mundiais em bilhões de dólares



Total do que seria necessário para satisfazer necessidades elementares de saúde, educação e alimentação de TODAS as pessoas do mundo

## Quem explora a mão de obra infantil

a continuidade do Prolecol e discute novos financiamentos aos produtores, sob a alegação de que o programa enfrenta a poluição, gera emprego e preserva a tecnologia nacional». Cláusulas sociais não entraram em pauta.

**Enquanto isso, nos canaviais que abastecem o Prolecol, a falta que corrói a grama é imensa. Há muitas vezes, não tem nada a receber quando chega o dia de pagamento. É o que explica Adil Nogueira, pai de nove filhos. Todos cortam cana. O caçula, Luciano, 13 anos, movimenta o trato com destreza nos canaviais da Usina Sapucaia, de Campos (RJ), fornecedora da Petrobrás. Ele corta 1,5 tonelada/dia.**

Algumas crianças, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, chegam a cortar até 24 toneladas por dia. Segundo estudos de Unicamp, onze anos desse trabalho são suficientes para produzir lesões irreversíveis. Sem contar os prejuízos para a formação dessas crianças. «Os pequenos canavieiros nunca vão à escola. Na virada do século está previsto que todo esse trabalho esteja mecanizado. Esses meninos serão homens despreparados, conseqüência em péssimas condições», adverte Marcelo Gondari, professor de História de Roberto Freire e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança.

O problema se repete na indústria de

caçados. Nos últimos cinco anos, ela intensificou a terceirização. «Em muitas tarefas, como a costura manual, as crianças são melhores que os adultos. Nos indústrias, não podemos fazer nada se as fábricas continuam usando as. A crise afeta a todos e cada um se vira como pode», sintetiza Paulo Henrique Cunha, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, interior de São Paulo. Calcula-se que hoje trabalhem na fabricação de calçados 2 mil crianças entre 5 e 14 anos na zona leste paulistana e outras 4 mil em Franca, onde representam 15% da mão-de-obra total. Na região paulista do Vale dos Sinos, que completa o triângulo brasileiro do calçado, trabalham mais de 30 mil menores de 18 anos. Os pequenos artesãos trabalham em bancas instaladas em garagens ou cômodos de suas próprias casas, 65% delas clandestinas. Em locais fechados e mal-ventilados, cumprem jornadas de até 14 horas em conjunto com produtos tóxicos, como a famosa cola de sapateiro; em muitos casos não recebem salários, pois estão andando os pais.

### Menos de meio salário-mínimo

Segundo pesquisa de 1994, realizada em conjunto pelo Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), pela CUT e pela OIT, 73% das crianças de Franca que trabalham e estudam recebem "serviço doméstico de calçado". Apenas 2% tem carteira assinada. Metade recebe menos de meio salário-mínimo e 12% não recebe nada. Leonardo C. Pimenta, 11 anos, é um exemplo. Junto com quatro irmãos, passa 10 horas por dia cobrindo e costurando os famosos tens da marca Dharma, em sua casa, na Vila Santa Teresinha, em Franca. Começa às 7 da manhã, segue até meio-dia e vai para a escola. Retorna às 13h de tarde e para a meia-noite. Descansa somente 4 horas. Os irmãos e o pai preparam cinquenta pares por dia, ao preço de 1,15 real o par que para o consumidor, se por 60 reais.

Com um ganho médio mensal de 600 reais o pai, Cláudio, tem orgulho em dizer que todos na família trabalham, com exceção do bebê de 6 meses. «Acho que deveriam legalizar o trabalho para as crianças para elas aprenderem muito. Eu mesmo trabalho desde os 7 anos, do este homem, que mal completou o primeiro ano primário. Ele vive e trabalha em três cômodos divididos por cortinas, onde o barulho das máquinas se mistura ao som da TV, ao choro do bebê. O cheiro de cola impregna tudo. Seu esforço é a euforia para o primeiro momento, quando malado, continuamente, produz distúrbios no sistema imunológico e no sistema nervoso central.

A família de Cláudio ainda pode ser considerada privilegiada porque tem trabalho, num região hoje submersa no desemprego. Com 70% de sua produ-

ção dirigida à exportação, as indústrias de Franca, que no ano passado lucraram 0,5 bilhões de dólares, mergulharam na crise devido à polêmica cambial e de juros altos do Plano Real. Su em 1994, 20 das 34 maiores empresas do região fecharam.

**Desemprego, flexibilização do mercado de trabalho e terceirização em os três pilares que sustentam a exploração do trabalho infantil.** O fenômeno se liga às políticas de ajuste que promovem cortes nos gastos sociais, adotadas hoje por países, apesar de todos, os governos do planeta. Sob o pretexto de austeridade fiscal e equilíbrio orçamentário, eles têm direcionando as verbas para educação, saúde, moradia, transporte e até programas de assistência e nutrição infantil. Ao mesmo tempo, o combate à inflação resulta na adoção de medidas recessivas que aumentam o desemprego.

O Tribunal Internacional Contra o Trabalho Infantil chama atenção também para os países que, através da privatização e do desmantelamento dos serviços públicos, se descomprometem com a proteção da infância. A isso se somam os incentivos diretos dos governos ao trabalho infantil. Recentes práticas legislativas estabelecidas no Brasil incentivam crianças que devem empregar a trabalhar entre 12 e 18 anos. **Ampliada por essa legislação, empresas como a Aracruz (calçados) e a Sugga (eletrodomésticos) estão contratando adolescentes entre 14 e 17 anos, dispensados de todos os encargos trabalhistas.** O fenômeno se repete no Primeiro Mundo.

A miséria é o que joga as crianças no mercado de trabalho. Cerca de 30% da população economicamente ativa do mundo está desempregada. As políticas econômicas neoliberais aumentam o desemprego e a concentração de renda. Paradoxalmente, o desemprego de adultos aumenta o trabalho infantil. Essa questão foi traduzida com periclitio pela palavra de ordem da recente campanha contra o trabalho infantil lançada pelos sindicatos de trabalhadores franceses: «Devolvam o emprego do meu pai, eu não quero trabalhar».

Não basta reprimir o trabalho infantil, constata o Tribunal, é preciso promover políticas sociais que permitam as crianças poder brincar e se preparar para o futuro. O Tribunal chama atenção para a hipocrisia das repúblicas capitalistas contra países que exploram suas crianças. Dois anos depois do início do boicote americano contra a indústria têxtil de Bangladesh, a Califórnia apresenta cerca de 600 mil crianças com menos de 15 anos trabalhando na agricultura. Estado da Oxfam, organismo britânico de cooperação internacional, revela que a maioria das crianças de Bangladesh expulsa de seus empregos em conseqüência do boicote, não só não retornaram à escola como se encontravam hoje exercendo atividades ainda mais perigosas em oficinas de solda, ou casam na prostituição.



# As crianças que viram suco

Com jornadas de 11 horas diárias, até crianças de 7 anos colhem laranja para indústrias de suco como a Citrale, a Citrosuco e a Cargill, que mantêm o país como o quarto exportador mundial

GIULIANO CEDRONI e JOÃO RIPPER

**S**ÉIS E MEIA DA TARDE em Itapólis, interior de São Paulo. Uma sexta-feira de novembro. Dentre os bóias-frias que descem do ônibus, destacam-se três, não porque estejam machucados ou cansados, mas porque são bem pequenos. São crianças: Luis Antônio Juarez, 13, Oséias Fernando da Silva, 13, e Sandro dos Santos, 12. Eles moram na mesma Rua do Jardim, 2.600, um amontoado de casinhas populares. E trabalham apinhando laranjas a das 7 da manhã até tarde, de segunda a sábado. Sandro nunca estudou. Luis trabalha desde os 10 anos e precisou parar de estudar há um ano. Oséias também não vai mais à escola.

## As cooperativas dos gatos

A firma para a qual os três meninos trabalham é a Cooperativa Rural de Itapólis. Trata-se de uma das inúmeras cooperativas de mão-de-obra criada este ano com o apoio das indústrias de suco de laranja, tendo à frente os velhos gatos de sempre. «Na prática, elas apenas legalizam a exploração dos direitos trabalhistas dos colhedores», explica Mário Naretto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapólis. «Obrigados a se cooperar para poder continuar trabalhando, os colhedores de laranja hoje trabalham mais, ganham menos e não têm nenhum tipo de segurança social. Quem quiser trabalhar tem que entrar numa cooperativa dessas», conclui.

Des 70 mil trabalhadores rurais da região, 15% têm menos de 14 anos. A maioria não vai à escola. Além disso, logo ficam com dores na coluna, por carregar diariamente cestos de quilos de laranja nas costas. É o começo de uma futura hernia de disco. «Os bóias-frias são todos anormais e por isso devem ser desmexicados», afirma sem o menor contratempo o gôco que emprega Sandro e seus colegas. Ele vende a laranja a um barracão, que a revende para a Citrale, empresa nacional que exporta 90% do suco produzido. A indústria também fabrica docos derivados da fruta, vendidos a empresas brasileiras e francesas, para produzir perfumes de luxo. O bageço, quem compra são as indústrias de ração animal, exportada em larga escala para as fazendas de gado da Holanda. Outro subproduto é o álcool farmacrúico.

Toda essa riqueza sai de regiões como o Triângulo Mineiro e esta no interior de São Paulo, que inclui Itapólis, Araraquara, Jaboticabal e Bebedouro. É uma ciclo que começa quando milha-



Sandro dos Santos, Oséias Fernando da Silva e Luis Antônio Juarez, 13, colhem laranja durante 10 horas por dia de segunda a sábado. Nenhum deles vai à escola. A laranja que é colhida é vendida para a Citrale, empresa nacional que exporta 90% do suco produzido.

res de crianças como Sandro, Oséias e Luis levantara, ainda de madrugada, para ir trabalhar nos laranjais. O trabalho infantil contribui para exportar o fantasma anual brasileiro de 700 milhões de dólares com a produção de laranja. No entanto, os pequenos não ganham mais que um salário-mínimo. A Citrale, com sede em Araraquara, se recusa a fornecer qualquer tipo de informação ou comentário sobre o trabalho infantil, que indiretamente sustenta a empresa. A Abecitrus, associação brasileira que congrega tais indústrias, também se recusa a falar: informações só com as próprias indústrias. A Citrosuco e a Cargill, líderes do ramo junto com a

Citrale, fazem igual: silêncio.

Fim de tarde em Planura, Triângulo Mineiro. Pela rua de terra batida, com as roupas sujas, cansadas lá vem os bóias-frias. Francisco Augusto Codares, Maria Aparecida e Francisco Welton. Os dois primeiros têm 27 anos, o terceiro, Francisco Welton, apenas 11. A região produz muita laranja, mas os três atualmente estão colhendo batatinha numa propriedade do subprefeito, por isso estão tingidos de marrom. «É cor de barro quando se foge», diz o menino, de olhar

A laranja da Citrale



A laranja da Citrale

A laranja da Citrale. A ampla campanha publicitária que o governo vem fazendo de Projeto Prodiol ignora omissões das reiteradas denúncias e situações de violência por trabalho escravo e exploração de crianças nos canaviais. A publicidade menciona os méritos de um projeto que, com investimentos menores, gera mais empregos que outros setores. Também afirma que 95% dos trabalhadores na indústria canieira têm carteira assinada, desmentindo de todas as regras de legislação trabalhista. Nas docas usinas de Campos e em diversas do Mato Grosso do Sul, a fiscalização não encontrou nenhum empregado registrado, mas o governo está decidindo novos incentivos aos produtores de álcool.

# Quem explora a mão de obra infantil

maroti. Trabalha desde os 7 anos, ele e o irmão Eudione, de 10. As irmãs logo os seguirão: Eudione, 6 anos, e Rosinete, 2. O pai está na porta de baranga para a ocupação, e os mais próximos ficam de lá, ocupando para a festa, como o filho Francisco, estudo de manhã, e uma criação no mundo das crianças trabalhadoras.

A terceirização chegou a Planura e às cidades vizinhas de Fruita e Conceição das Alagoas. Em Minas 16% da mão-de-obra assalariada no campo não tem carteira assinada. Com a proximidade e a localização no Triângulo Mineiro este índice chegou a 82%. Contr de boca era boca que, para essas áreas, não existiam, um f. do Contrale, que até 1964 tinha 2.400 contratados diretamente ou através de suas fazendas. Hoje menos que 50% a 33% dos catadores eram crianças; que os pais levavam para ajudar, já que, mesmo com carteira, ganhavam por produção. A maioria era de 7 a 8 reais por dia. Hoje tudo se faz por meio da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. O presidente, José Silva, informa que não há escravidão. Na terceirização, diz um boiadeiro, muitas gente ficou só com o boque. Mulheres largaram a laranjeira e passaram a colher banana e cebola. Continuam levando os crianças para trabalhar, claro.

Opunha pelo acurdo de trabalho assalariado entre catadores e patrões, e de pagar os mais de 7 catadores por cataramento 180 bananas (cerca de 40 quilos). Na prática, hoje em dia o valor pode chegar a 1,5 centavos por caixa. Cada caixa pode produzir entre 20 e 25 litros de suco, vendidos ao consumidor por até 14 reais (22,5 litros). Isso significa que 1 litro de suco sai para o morador das cidades a um preço 500 vezes maior que o valor do trabalho de quem colhe as frutas. No Triângulo, segundo José de Anchieta, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, havia 210 mil trabalhadores rurais, em 1994. Mais de 10% ou cerca de 25 mil, crianças.

**Melhor a lanterna  
que o convênio**

De todas as crianças trabalhadoras entrevistadas na região da laranja, o itapellense Sandro é aquele que carrega nas costas a história mais pesada. Catur-laranja não é o primeiro trabalho duro que ele pega. Nasceu no Paraná. O pai foi assassinado no Mato Grosso, onde havia ido em busca de ouro. A mãe casou com outro e o levou para o Mato Grosso do Sul, com outros cinco irmãos. Na indústria de Ribas do Rio Pardo, alguns homens abusaram o padrasto de Sandro com a promessa de casa, comida e dinheiro para trabalhar com curvato.

Era um acompanhamento. Louregrara à família uma lona para que expusessem um barraco. O padrazo e um irmão de

[illegible]

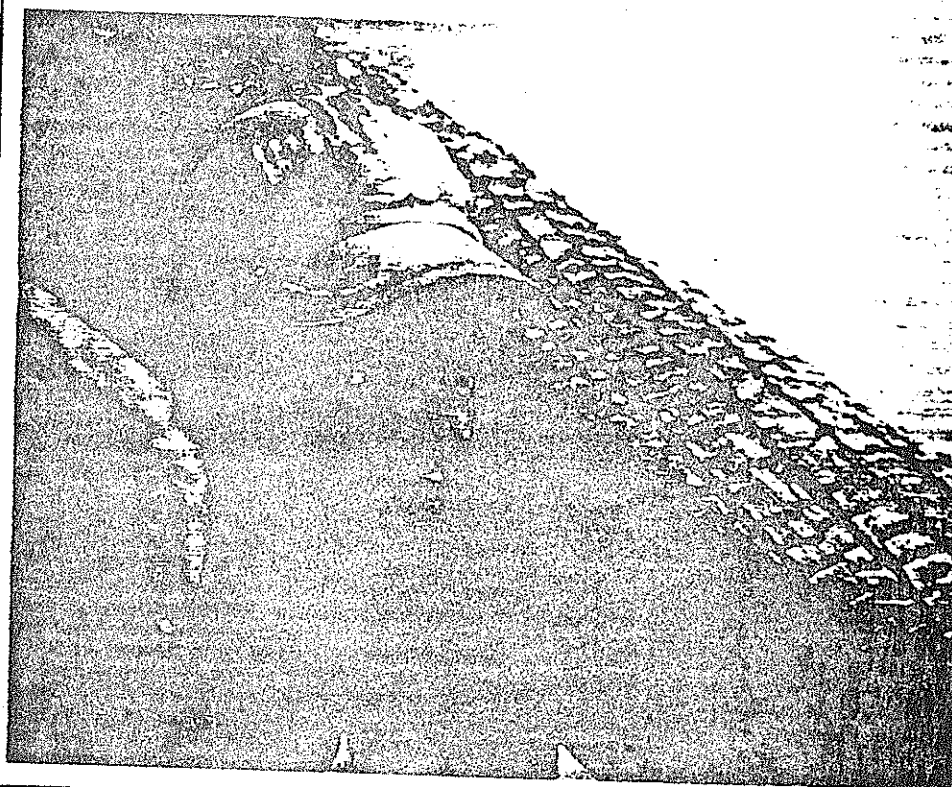
"Gostar eu não gosto, mas eu gosto que o marido", diz o menino. Ele gosta com a mãe, o padrinho e toda a família, mas não nos fundos de uma casa com 2.600. Dois outros irmãos estão em um corrente-cano e outro, que matou o pai, não tem o crime. No Penitenciar, Benito diz que não há de que andar, pois não tem teto e comêdo as mesa. "Querê que meus filhos estudarem, mas o dinheiro é mais importante. Sandro tem pra casa mais de 20 reais por semana e isso, por gente, é muito." Analiabeta, Maria Benito e os filhos, que também não aprendem a ler e a escrever.

É quase nítida. Na rua, os moradores desta Orla e Luis Antônio possuem um cachalho para as fotografias. Depois, caminham sem perda de tempo para suas casas. Outros meninos e adolescentes aproveitam a noite de sexta-feira para se encontrarem em shopping centers, cinemas. Eles, não. Vão para a casa de seu Sôbo e mais um dia de trabalho.

**Espanha**  
Em 1990, o trabalho infantil na Espanha se restringe às pequenas explorações agrícolas nos territórios fronteiriços com o Marrocos. Hoje calcula-se que 500 mil crianças e adolescentes trabalham em diferentes setores da indústria. A situação se agravou a partir de janeiro de 1994, quando o governo de Felipe Gonzalez aprovou no Parlamento a reforma do Código de Trabalho que anulou o Iute de 1980.

Adotou foram destinadas em massa e substituídas por adolescentes, sobretudo porque na mesma época se cancelou os Contratos de Emprego Juvenil que permitiam a contratação de jovens sem nenhuma exigência social.

Em fevereiro deste ano, o governo aprovou as leis que regulamentam o trabalho infantil. A Espanha hoje tem 3 milhões de desempregados e 5 milhões de desempregados.



MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA EM SESSÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1996.

"O EXEMPLO DE MINAS"

"Gazeta do Povo"

## O exemplo de Minas

O que é ruim para Minas Gerais é bom para o Paraná? Assim deve ser, pois os mineiros acabam de rejeitar o empréstimo do BNDES caucionado por ações da Cemig. Operação idêntica a essa que o governo do Paraná realizou em hora de aperto de caixa, entregando as ações da Copel. Por que Minas não quer o que o Paraná aceitou ao som de bumbos e trombones, sem faltar os vivas entusiásticos à engenhosidade de nossos financistas? Algo está errado, aqui ou em Minas.

Dizem os mineiros que a oferta do BNDES é tentadora à primeira vista, principalmente para os governos que não conseguem equilibrar receita e despesas e vivem o inferno das circunstâncias desesperadoras. O que o banco oferece é dinheiro rápido e fácil. Mas a oferta esconde um artilho capcioso que não escapou ao olhar dos desconfiados mineiros. Por trás de tudo, está o objetivo de privatizar as estatais de energia. O BNDES antecipa o dinheiro equivalente a parte das ações, desde que o governo estadual se comprometa a encaminhar a empresa à privatização. Para evitar recuos, o BNDES exige autorização prévia da Assembleia Legislativa, sem qualquer restrição à negociação futura dessas ações.

Como se vê, certa está a sabedoria popular. Quando a esmola é generosa, manda que se desconfie do milagre e de quem faz a caridade. O BNDES não esconde seus

propósitos. Sua meta é privatizar todo o setor de geração e distribuição de energia nos próximos anos. Seu plano prevê a federalização das empresas estaduais, via antecipação de receita em troca de ações, para depois lançá-las ao mercado. A Copel figura entre as estatais mais apetitosas. Quem não quer uma estatal de energia com patrimônio de R\$ 4,5 bilhões, capacidade geradora em expansão e um confortável monopólio de distribuição?

Minas Gerais não quer perder a Cemig. O Paraná, já afirmou o governador Jaime Lerner, não quer perder a Copel. E seria desastroso entregar nossa maior empresa na bacia das almas, por um governo premido pela anemia do caixa. Seríamos nós, os paranaenses, mais aptos que os mineiros e governantes de outros Estados no campeonato nacional de espertezas? Apenas o Paraná enxergou a oportunidade de tomar um empréstimo vantajoso, certo de que a contrapartida, em toda a sua extensão, é dispensável? Esperteza e governo não são coisas que devam andar juntas, ensina a história. Mais dia, menos dia, inverte-se a equação. Resta saber se a Assembleia Legislativa, à luz que vem de Minas, vai manter sua disposição de aprovar o veto do governador e avalizar, com toda a responsabilidade que isso demanda, a entrega das ações.